

Pedro Sisnando Leite

# A Trava do Desenvolvimento

Um Estudo sobre a Educação no Ceará

2<sup>a</sup> Edição



# A TRAVA DO DESENVOLVIMENTO

---

UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO NO CEARÁ



Pedro Sisnando Leite

# A TRAVA DO DESENVOLVIMENTO

---

UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO NO CEARÁ

**2ª Edição Revisada**

FORTALEZA-CEARÁ  
2010

Copyright © 2010 by Pedro Sisnando Leite

PROJETO GRÁFICO E CAPA  
*Carlos Alberto Alexandre Dantas*

REVISÃO DE ACORDO COM A REFORMA ORTOGRÁFICA  
*Tereza Porto*



Rua Israel Bezerra, 633 | Dionísio Torres | Cep. 60135-460  
Fortaleza | Ceará | Tel. 85 3272.7844 | Fax. 85 3272.6069  
atendimento01@graficalcr.com.br | www.graficalcr.com.br

L533t

Leite, Pedro Sisnando.

A trava do desenvolvimento : um estudo sobre a educação no Ceará / Pedro Sisnando Leite. - 2. ed. rev. - Fortaleza : Gráfica LCR, 2010.

172 p.

Inclui tabelas e referências bibliográficas.  
ISBN 978-85-7915-031-9

1. Educação - Ceará. 2. Política educacional. 3. Recursos humanos. 4. Desenvolvimento econômico - Ceará. I. Título.

CDU: 37(813.1)

Este livro é dedicado a minha esposa, Maria Mirna, e aos meus filhos, Francisco José e Ana Maria, pelo amor e apoio que sempre me deram.



Com o termo “desenvolvimento”, o Papa Paulo VI queria indicar, antes de mais nada, o objetivo de fazer sair os povos da fome, da miséria, das doenças endêmicas e do analfabetismo.

DO SUMO PONTÍFICE BENTO XVI  
*CARITAS IN VERITATE*

O desenvolvimento não depende tanto de combinações ótimas de dados e fatores de produção, mas de que surjam recursos e habilidades até então escondidas, dispersas ou não utilizadas, a serem atraídos para os objetivos do desenvolvimento.

ALBERT O. HIRSHMAN



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	17

## PRIMEIRA PARTE O PAPEL DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	23
RESULTADOS EDUCATIVOS DO CEARÁ.....	31
Evolução no período de 1990-2000.....	31
Situação no ano de 2004.....	37
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO.....	43
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	49

## SEGUNDA PARTE RECURSOS HUMANOS

TAMANHO, CRESCIMENTO E ESTRUTURA DE IDADE DA POPULAÇÃO DO CEARÁ.....	57
Idade e Sexo da População.....	61
URBANIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	65
FORÇA DE TRABALHO E ATIVIDADES DA POPULAÇÃO.....	69
A Dimensão e o Crescimento da PEA.....	72
Características e Aptidões da População Ocupada.....	74
Subutilização da Força de Trabalho.....	79

## **AVALIAÇÃO DA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO**

<b>DÉCADA DE 80 .....</b>	<b>85</b>
Principais Modalidades de Ensino .....	87
Situação Geral do Analfabetismo e da Escolarização....	89
Ensino Pré-Escolar.....	93
Alfabetização.....	94
O Ensino do Primeiro Grau .....	95
A Educação de Segundo Grau .....	97
Ensino Superior .....	100

## **TERCEIRA PARTE**

### **RESUMO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ**

<b>LINHAS GERAIS.....</b>	<b>105</b>
---------------------------	------------

<b>PLANO DE EDUCAÇÃO – 1987-1990 .....</b>	<b>109</b>
Diagnóstico .....	111
Objetivos e Diretrizes .....	115
Plano de Capacitação para a População – 1995-1998....	117

### **CAPACITAR A POPULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO –**

<b>1999-2002.....</b>	<b>121</b>
-----------------------	------------

<b>CEARÁ VIDA MELHOR – 2003-2006.....</b>	<b>127</b>
---	------------

## **QUARTA PARTE PARA CONCLUIR**

<b>EPÍLOGO .....</b>	<b>133</b>
----------------------	------------

<b>PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE UMA NOVA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>141</b>
---	------------

## ANEXO

### DADOS ESTATÍSTICOS

**TABELA I** – CEARÁ. Atividades segundo a Situação do Domicílio e os Grupos de Anos de Estudo – 2001 ..... 151

**TABELA II** – CEARÁ. Atividade na Semana de Referência e Sexo, segundo a Situação do Domicílio e os Grupos de Idade – 2001 ..... 153

**TABELA III** – CEARÁ. Valor do Rendimento Médio Mensal das Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade – 2001..... 155

**TABELA IV** – CEARÁ. Estudantes de 5 Anos ou mais de Idade, segundo o Grau e Série que Frequentavam – 2001 .. 157

**TABELA V** – CEARÁ. Informações Gerais sobre o Ensino Pré-Escolar – 1988-1999..... 158

**TABELA VI** – CEARÁ. Informações Gerais sobre Alfabetização (6 Anos e menos) – 1988-1999 ..... 159

**TABELA VII** – CEARÁ. Informações Gerais sobre o Ensino do 1º Grau - 1988-1999..... 160

**TABELA VIII** – CEARÁ. Informações Gerais sobre o Ensino do 2º Grau – 1988-1999..... 162

**TABELA IX** – CEARÁ. Informações Gerais sobre o Corpo Docente do 2º Grau ..... 163

**TABELA X – CEARÁ. Estudantes de 5 Anos e mais segundo o Grau e Série que Frequentam - 1999 ..... 163**

**TABELA XI – CEARÁ. Estabelecimentos de Ensino segundo Grau de Dependência Administrativa – 1999 ..... 164**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 165**

## APRESENTAÇÃO

**D**urante décadas, as políticas econômicas adotadas no Ceará foram concentradoras de renda. Além disso, diversos outros elementos políticos e administrativos levaram o Ceará, no final da década de 80, a ser classificado como um dos três estados mais pobres do Brasil. Para enfrentar essa situação, um movimento de jovens empresários idealistas elegeu um novo governo com um projeto de mudanças. O foco central seria realizar investimentos na modernização do Estado e no combate à pobreza.

Logo nos primeiros anos do chamado “governo das mudanças”, ficou evidenciado que uma das causas do atraso econômico e social cearense se devia à escassez de investimentos em recursos humanos. Um dos fatores mais abundantes do Estado. O analfabetismo de jovens e adultos apresentava índices alarmantes. Os equipamentos de ensino eram obsoletos e a infraestrutura deficiente.

Para conhecer melhor a situação dos recursos humanos e o quadro da rede de ensino nas principais regiões do Estado fui solicitado a fazer um breve estudo sobre esse assunto. Na ocasião, integrava a equipe de professores e pesquisadores do programa de mestrado em economia

da Universidade Federal do Ceará/CAEN. Em 1986, aliás, já havia colaborado na preparação do Plano de Governo das Mudanças, especialmente no tocante à questão rural. Dessa feita, como economista do Departamento de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste do Brasil, e a convite do Secretário de Planejamento, Antônio Rocha Magalhães, meu ex-aluno na Faculdade de Ciências Econômicas da UFC e colega dos quadros técnicos do BNB.

Este livro contém parte das investigações pessoais que realizei em atenção à referida solicitação e por ser um dos assuntos que estava trabalhando como bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Acredito que subsidiaram a definição das novas políticas educacionais de então.

Atualmente, como integrante do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), achei que seria interessante elaborar esse trabalho, pois não conheço outro documento similar na bibliografia cearense. Sentir-me-ei recompensado se tais elementos e ideias possam ser úteis para oferecer um quadro referencial do período analisado e como base para a realização de novos estudos comparativos com a situação existente nos dias atuais, especialmente no tocante à melhoria das condições de vida da população mais pobre com base na educação.

Quando esse estudo foi realizado, a definição de pobreza se caracterizava principalmente pela insuficiência de renda. Como pode-se observar na análise deste livro, foi

abordada como conceito novo a ideia de que, no desenvolvimento econômico, o principal ativo associado com a renda é o capital humano. A capacitação é que permite ao povo gerar riqueza pela utilização do trabalho. Trata-se de uma visão simples, mas de grande significado numa concepção de desenvolvimento voltado de modo geral à redução da pobreza. Como é sabido, o principal ativo dos pobres do Ceará são as pessoas. É o trabalho.

A literatura e as experiências de dezenas de países mostram os efeitos econômicos e sociais da educação do povo. Há consenso de que nenhum país alcançou o desenvolvimento econômico pleno sem uma educação básica de qualidade, amplamente democratizada. A educação e os conhecimentos técnicos contribuem para a melhor distribuição de renda e causam profundos efeitos sobre a cidadania, a saúde, a proteção do meio ambiente e muitos outros aspectos de uma sociedade saudável.

É evidente que a educação, isoladamente, não resolve tudo. Mas num estado desigual como o Ceará, a educação tem amplo papel econômico, social e político. O profundo hiato de renda entre pobres e ricos e entre as áreas rurais e urbanas, jamais será reduzido sem estratégias adequadas e persistentes de capacitação da mão-de-obra e da educação de modo geral.

Este livro pretende mostrar a realidade cearense dessa problemática com dados e análises objetivas, principalmente nas décadas de 1980 e 90.

Na verdade, a data referencial do estudo que realizei sobre avaliação dos recursos humanos do Ceará foi o ano de 1988. Trata-se, portanto, de uma situação ocorrida há 20 anos. Assim, é instrutivo comparar-se os acontecimentos da época atual sobre recursos humanos com a situação ocorrida anteriormente, quando da realização do referido estudo. Com esse procedimento, podemos avaliar os avanços e carências que precisam ainda ser superados.

Devo acentuar tal ponto para justificar a inclusão neste livro de comentários com dados mais atualizados e capítulos novos ao estudo original. Exemplo disso é a resumida análise das condições da educação do Ceará no período de 1990-2004. A Quarta Parte também faz um resumo histórico das políticas de educação entre 1987-2006. O Anexo Estatístico também oferece dados para o confronto do passado com informações mais recentes.

Por conseguinte, este livro é um misto de história com elementos do presente. Mas seu objetivo é oferecer subsídios para ajudar na melhoria da educação e do desenvolvimento econômico do Ceará, com menos pobreza.

*Pedro Sisnando Leite*

# INTRODUÇÃO

O tamanho, a composição e as características socio-culturais de uma população são determinantes básicos do nível e da velocidade do crescimento econômico, explica o economista Adamantios Papelasis.<sup>1</sup> Do mesmo modo pensa o renomado economista Stefan Robock quando diz que:

Os recursos humanos de uma nação podem representar os instrumentos mais valiosos para atingir metas de desenvolvimento econômico e social, como foi demonstrado tão dramaticamente por um país como o Japão, que virtualmente não dispõe de recursos naturais.<sup>2</sup>

É verdade que há alguns países que devem aos seus recursos naturais parte dos resultados econômicos obtidos, como a Austrália, o Canadá e mesmo os Estados Unidos da América do Norte.

As forças demográficas e a qualidade dos recursos humanos influenciam, entretanto, em todas as circunstâncias, os demais fatores de produção quanto à acumulação

---

<sup>1</sup> PEPELASIS, Adamantios. *Desenvolvimento Econômico: Análise e Estudo de Casos*. São Paulo: Atlas, 1967.

<sup>2</sup> ROBOCK, Stefan H. *O Desenvolvimento Brasileiro em Debate*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1977.

de capital, tipo de tecnologias e métodos de organização dos processos produtivos. Por essa razão, a literatura do desenvolvimento econômico tem dedicado grande atenção ao duplo papel do elemento humano na economia tanto do homem como fator de produção, como deste em combinação com outros elementos e na condição de consumidor e objeto do próprio desenvolvimento.

O crescimento demográfico e o aumento da força de trabalho, podem, de fato, acelerar a taxa de crescimento. A experiência dos países hoje desenvolvidos sugere, no entanto, que a velocidade do crescimento econômico obtido por esses países historicamente não pode ser explicada apenas em termos de tamanho da população trabalhadora ou mesmo do volume de capital físico utilizado.

Existem provas, no entanto, de que a qualidade dos habitantes de uma nação influi de maneira importante na prosperidade e crescimento desta. Em outras palavras, tem sido demonstrado que parte substancial do crescimento econômico é explicada pelo aumento da produtividade dos recursos devido a inovações técnicas e a outros aperfeiçoamentos dos métodos de produção, de organização e de administração.

Tal não se deve, naturalmente, apenas ao fato da mão-de-obra, por ser mais treinada funcionalmente, resulte no aumento da produção de uma pessoa. A maior contribuição nesse particular deve-se, principalmente, a que os seres humanos são a fonte de ideias, decisões de investimento,

inovações e busca por novas oportunidades que constituem o combustível do crescimento econômico.

Essas considerações gerais servem para evidenciar a conclusão de que um componente para motivar o desenvolvimento econômico do Ceará encontra-se no adequado aproveitamento dos seus abundantes recursos humanos. Para isso, naturalmente, há necessidade da mobilização da capacidade mental do povo cearense a ser fomentado pela inversão em capital humano que, sem dúvidas, constitui o mais valioso dos seus recursos. Tudo isso complementado por políticas que favoreçam a criação de empregos produtivos e tecnologias apropriadas ao desenvolvimento econômico do Estado.

Por conseguinte, este livro destina-se a examinar e analisar sinteticamente a situação e tendências demográficas do Ceará e as aptidões de sua população segundo o nível educacional.

É minha expectativa que todos os que lerem este livro acreditem que, sem recursos humanos preparados, jamais o Ceará será um estado desenvolvido.



## PRIMEIRA PARTE

# O PAPEL DA EDUCAÇÃO

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO FOI RESSALTADO PELOS FUNDADORES DA CIÊNCIA ECONÔMICA, TAIS COMO ADAM SMITH, KARL MARX, JOHN STUART MILL, ALFRED MARSHALL E OUTROS



# EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico, em seu sentido pleno, requer uma melhoria na educação. Tanto em termos quantitativo como qualitativo, como fica evidenciado pela leitura deste livro. Mais do que isso, entretanto, há um consenso entre muitos historiadores, com base na experiência dos últimos cinquenta anos, que as mudanças culturais não só acompanham o desenvolvimento, mas são uma parte integral e necessária para realizá-lo. O interesse pela educação como fator de desenvolvimento econômico, portanto, não é novo.

O papel da educação para o crescimento econômico foi ressaltado pelos fundadores da ciência econômica, tais como Adam Smith, Karl Marx, John Stuart Mill, Alfred Marshall e outros. A aplicação da teoria econômica à solução dos problemas sociais, naturalmente, deve ser realizada dentro do contexto político de cada país. Vejamos o que diz Marshall (*Principles of Economics*, 1938):

Nenhuma mudança poderá conduzir tanto para o crescimento da riqueza material do que o melhoramento em nossas escolas, especialmente do grau

médio, combinado com um extensivo sistema de escolaridade, o qual irá capacitar as pessoas continuamente até elas obterem uma educação teórica e prática.

O renomado economista Arthur Lewis é outro ardente advogado da educação. “Mais e melhor educação – diz ele – tem sido um pré-requisito para um rápido crescimento ao redor do mundo”. Do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Cambridge), o professor J. Robert Barro (*The Determinants of Economic Growth*, 1997), afirma: “A educação estimula o crescimento econômico e melhora as condições de vida através de vários canais: melhora a eficiência da forma de trabalho, pelo fortalecimento da democracia, criando uma melhor condição de boa governança”.

Do mesmo modo, o professor Philip P. Aghion, no seu livro “*Inequality and Economic Growth*” (1999), destaca que uma instrução de qualidade melhora o conhecimento e as habilidades necessárias para um estilo de vida saudável, e capacita as pessoas a uma tomada de decisão social, econômica e política mais adequada. O professor Stefan H. Robock, da Universidade de Colúmbia (USA), em seu livro “*O Desenvolvimento Brasileiro em Debate*” destaca que o melhor indicador para o crescimento econômico e o desenvolvimento de um país ou região é o “Status” ou o papel da educação. “Essa é hoje – afirma ele – a maior desvantagem das sociedades subdesenvolvidas em relação aos países desenvolvidos”. Os criadores da economia quan-

titativa também se interessaram pelos recursos humanos, tais como William Petty, Gregory King, François Quesnay, Antoine Lavoisier e Joseph Lagrange.

Na Conferência de ministros europeus da educação, realizada recentemente em Istambul (Turquia), Dom J. Michael Miller, chefe da delegação da Santa Sé para essa reunião, defendeu a necessidade de políticas educativas que apontem para o desenvolvimento integral da pessoa em uma perspectiva intercultural e de maior coesão social. Em seu discurso, Dom Miller destacou ainda que “uma educação integral deveria ajudar a formar uma nova geração na participação social, na solidariedade e com uma compreensão crítica da realidade”.

No Brasil fala-se muito em educação, principalmente do ponto de vista de que ela é um direito humano básico da pessoa, e da sociedade. Mas os ganhos sociais do processo de educação não estão sendo adequadamente avaliados. As metodologias para aferir a contribuição da educação em nosso país são de fundamentação privada. E não captam os benefícios desse processo para a sociedade. O fato é que a educação e o conhecimento científico são coisas intangíveis e os burocratas não consideram real o que não for visível. Em razão disso, os projetos de desenvolvimento são concentrados demasiadamente em atividades visíveis em prejuízo dos destinados à formação humana.

No entanto, os retornos sociais podem ser quanto: a) fortalecimento da estabilidade política decorrente de um

eleitorado mais esclarecido e consciente; b) estimulando a expansão da demanda e pondo a funcionar um círculo econômico de investimentos/consumo gerado pela capacitação da população; c) contribuindo para que as pessoas façam um esforço de conservação do meio ambiente e da saúde da população; d) emergência de sentimentos de auto-estima e benefícios para as futuras gerações (crianças beneficiadas pelo estímulo de pais educados).

Outras numerosas razões têm motivado a atenção por parte dos economistas do desenvolvimento. Herman P. Miller (*Income and Education*, 1962) realizou pesquisas nos Estados Unidos comparando ganhos com nível de educação. Ele identificou que uma pessoa com educação elementar recebeu 2/5 a mais de renda em média do que uma pessoa que não tinha essa educação formal. No caso de uma pessoa com o 2º grau, ganhava duas vezes o salário de outra com apenas educação elementar. Professor Schultz (*Capital Formation by Education*, 1960), Denison (*Education, Economic Growth and Jobs* 1962), Eckaus (*Education and Economic Growth*, 1965), calcularam a contribuição da educação para o crescimento econômico tanto dos Estados Unidos como dos países do Sudeste Asiático. Denison atribui 23% do crescimento da renda dos Estados Unidos à educação, no período de 1929-57. Somando educação com conhecimento, esta contribuição se eleva para 43%. Schultz atribuiu a esse fator aproximadamente 1/3 do aumento da renda desse país em três décadas (1920-1950).

As taxas de retorno do investimento em educação para a economia são também altamente compensadoras, de acordo com muitos estudos. Estimativas feitas por Hansen (Total and Private Rates of Return to Investment in Schooling, 1963), Mincer (On the Job Training 1962), Machlup (The Production and Distribution of Knowledge in the United States, 1962), provam que são de pelo menos 10%, além dos benefícios sociais. Essas constatações mais do que justificam o investimento público em educação, não só do ponto de vista da equidade, mas também quanto ao investimento produtivo para o crescimento econômico.

As pesquisas desses estudiosos dos problemas educacionais nos Estados Unidos demonstram também que há uma relação direta entre o baixo nível de instrução e os grupos mais pobres. Os retornos também são proporcionalmente maiores no quadro rural do que nas zonas urbanas. Os dados são conclusivos com a hipótese de que os trabalhadores das famílias pobres, que não se beneficiaram da educação, permaneceram com rendimentos baixos em qualquer atividade. Os trabalhadores mais educados e com mais mobilidade profissional reforçam as possibilidades de aumento da renda.

No caso do Brasil, são inúmeros os estudos que demonstram essa relação entre níveis de instrução e remunerações do trabalho. Apenas como exemplo da nossa situação aqui no Ceará, é oportuno registrar essa correlação direta

entre instrução e rendimentos. Segundo os mais recentes dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (IBGE), 60% das pessoas de rendimento de menos de  $\frac{1}{2}$  salário têm até três anos de estudo. Este é o segmento classificado na categoria abaixo da linha de pobreza. Assustador é saber-se que em 2004 cerca de 24% da população ocupada cearense estava na categoria de sem instrução ou com menos de um ano de estudo. Neste caso, estavam 800 mil pessoas. No extremo superior, 95% das pessoas com renda superior a 20 salários mínimos possuíam mais de onze anos de estudos. De qualquer modo, ao longo dos últimos anos, observa-se uma melhoria no nível de instrução da população economicamente ativa.

Um consenso universal sobre o papel da educação é que ela deve prover aos indivíduos a oportunidade de aprender a conhecer o saber, aprender a viver em comunidades, aprender a fazer e a ser portador de um ideal de um mundo solidário, justo e equitativo. Assim, a educação é o agente fundamental para aumentar a capacidade de criar um ideal de um mundo sustentável. De fato, a educação não deve apenas prover a capacitação científica e o conhecimento técnico, mas deve gerar motivação, participação e apoio social para manter e aplicá-los no processo de desenvolvimento econômico.

A comunidade internacional das Nações Unidas acredita fortemente que é necessário, através da educação, fortalecer os valores comportamentais e estilos de vida

requeridos para um futuro sustentável a longo prazo da economia e da sociedade.

Enfim, como ensinava Paulo Freire (1994-97): “Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.



# RESULTADOS EDUCATIVOS DO CEARÁ

## Evolução no período de 1990-2000

O desenvolvimento econômico em sua fase inicial não é fundamentalmente um processo econômico, e sim político e social. O fato crítico em relação aos países em desenvolvimento é que eles não possuem a base educacional e política para empreender um longo e constante soerguimento econômico. Assim, somente por meio de uma profunda transformação da qualidade dos recursos humanos e político é que a ascensão econômica se porá em movimento de modo sustentável. A pobreza é uma doença crônica e não pode ser curada com medidas improvisadas, esclarece o Prêmio Nobel de economia Dr. Muhammad Yunus, conhecido como o banqueiro dos pobres.

A tese principal deste livro, conseqüentemente, é de que a educação constitui a ferramenta-chave para o melhoramento da qualidade de vida e redução da pobreza. O combate ao analfabetismo de jovens e adultos faz parte das estratégias visando a melhorar o nível de instrução

da população do Ceará. Disse-o muito apropriadamente o Papa Paulo VI na encíclica *Populorum Progressio*: A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos. “Um analfabeto é um espírito subalimentado”. A questão da educação não deve ser considerada apenas como iniciativa humanitária ou uma despesa de consumo como alguns planejadores e políticos pensam.

Dando conselhos sobre investimentos, o Presidente da Federação Brasileira de Bancos explica que estudar é o melhor investimento possível por uma simples razão: “você nunca perderá seus conhecimentos. A bolsa de valores pode ir mal, o banco no qual está o seu dinheiro pode quebrar, você pode precisar de todo o seu capital para resolver algum problema na vida. Mas, se qualquer uma dessas coisas acontecer e você perder tudo, não perderá sua formação. Os seus conhecimentos ficam sempre com você e vai ajudá-lo a dar a volta por cima”.

É alentador saber-se que durante a década de 90 mais de 500 mil jovens e adultos foram alfabetizados no Estado. O índice de analfabetismo caiu de 37% em 1990 para 27% da população de mais de 15 anos, no ano de 2000.

Mesmo assim, o Ceará era o 5º estado de mais elevada taxa nesse particular no país, com 1,3 milhões de analfabetos no final desse período. Quase a metade dessa população sem instrução residia em áreas rurais. Na faixa etária de maior potencial produtivo da população (20 a 49 anos), 50% eram analfabetos. Ou mais precisamente, 660 mil

peças. Quanto aos jovens de 15 a 19 anos, a ocorrência dessa situação correspondia apenas a 6%. Era grande, no entanto, a participação dos adultos de mais de 50 anos na condição de analfabetos, com 572 mil pessoas. No Nordeste, os Estados com piores condições nesse particular eram os Estados do Piauí e Alagoas, enquanto os melhores índices estavam na Bahia e Pernambuco.

Como indicador geral do padrão educacional de um estado ou região, é utilizado a média de anos de estudo da população com idades entre 15 e 55 anos. Segundo esse parâmetro, o Ceará atingiu no ano de 2000 a proporção de 5 anos, colocando o Ceará em 5º lugar no Nordeste e 23ª posição no *ranking* nacional.

De qualquer modo, ocorreu uma melhoria em relação ao ano de 1990, quando essa proporção era de 4,1 anos de instrução. No período analisado, a faixa de pessoas com mais de 1 ano de estudo caiu de 40% para 25%, beneficiando cerca de 300 mil pessoas. Outra marca notória, foi quanto ao número de indivíduos com mais de 4 anos de estudos que obtiveram um aumento de quase cem por cento. A evolução das pessoas acima de dez anos com um nível de mais de 9 anos de instrução foi de mais ou menos 400 mil em 1990 para 850 mil pessoas no ano 2000.

A meta almejada pelo governo de então era universalização do acesso à educação básica. O fato especial a registrar foi o avanço da taxa de escolarização do Estado entre 1990 e 2000, quando passou de 95% de matrículas no

grupo de idade de 7 a 14 anos em comparação com 80% no início da década anterior.

Situação preocupante, entretanto, é verificar-se o que ocorria com a população economicamente ativa no ano 2000 (10 anos e mais). Cerca de 40% dessas pessoas eram consideradas analfabetas funcionais e 23% sem instrução. Essas pessoas estavam marginalizadas do mercado de trabalho ou em ocupações com baixos salários. Neste caso, eram 832 mil trabalhadores.

Quanto ao 2º grau, estavam frequentando as suas escolas 370 mil estudantes nesse ano, dos quais apenas 15% residiam nas áreas rurais. O ensino de nível superior tinha matriculado em escolas públicas e particulares 116 mil estudantes, praticamente todos morando nas zonas urbanas. Apenas 5 mil jovens informaram que frequentavam curso superior e declararam que residiam em áreas consideradas rurais.

É preciso considerar que o problema da educação não é uma questão isolada. A educação está correlacionada com a economia, a política e a cultura. As suas raízes podem ser de natureza estrutural e ter vínculos na formação da história do País e do Estado. São oportunas, portanto, fazer algumas considerações sobre a economia do Ceará devido a essa estreita relação entre os recursos humanos e o processo produtivo.

O Estado do Ceará ocupa uma área de 146 mil km<sup>2</sup>, que corresponde a 8% da área do Nordeste. Segundo dados

do IBGE, o Produto Interno Bruto de Estado foi de R\$ 20,8 bilhões no ano 2000, que corresponde a toda a produção de bens e serviços. A renda per capita nesse ano foi de R\$ 2,7 mil, um pouco superior à do Nordeste.

A evolução desse indicador no período de 1986 a 2000 foi bem favorável no Ceará, superando o desempenho do Nordeste e do Brasil. Analisando a evolução quanto à renda per capita, a taxa de crescimento do Ceará entre 1980-90 foi de 2,9% ao ano, em comparação com 1,3% do Nordeste e de -0,4% do Brasil. Na década seguinte de 1990-2000, novamente o Ceará alcançou um percentual de incremento de 3,8% e o Nordeste de 1,7%, enquanto o Brasil ficou com 1,1%.

Elemento relevante no processo de crescimento é a mudança estrutural da contribuição dos setores produtivos para a geração da renda. Do ponto de vista macroeconômico, o Ceará passou por alterações coerentes com o crescimento econômico. A característica de maior destaque foi a crescente predominância do setor de serviços, ou terciário, passando em 1980 de 53% da renda total para respectivamente 58% em 1990, e 64% no ano de 2000. Outra alteração importante foi o declínio da contribuição da agricultura na geração de renda, com queda de 17% em 1980 para 9% em 2000. Embora o emprego desse setor tenha sofrido pouca alteração, pois se manteve com 40% de toda a ocupação da mão-de-obra do Estado, gerando um desequilíbrio setorial da economia com subemprego e baixa produtividade no campo.

Essa “falha no sistema de mercado”, que também ocorreu em todo o Nordeste, tornou-se um novo fator para acentuar a dualidade do sistema econômico regional e do Ceará: crescimento acelerado dos centros urbanos e industriais com pouca criação de emprego devido às tecnologias intensivas em capital e estagnação da agricultura, com excedentes de população mesmo com o processo de emigração.

Quanto à distribuição da renda, o Ceará no período de 1980-2000 manteve o mesmo padrão do Brasil, que é considerado muito desigual no ranking internacional. O índice de Gini, que mede esse fenômeno, era de 0,62. Isso corresponde a uma distribuição onde os 10% mais ricos recebiam 52% da renda total e os 40% mais pobres participavam com apenas 12%. No ano de 2000, o Ceará estava entre os três Estados de maior desigualdade de renda do País. Mesmo assim, aumentou a taxa de domicílios com abastecimento de água adequada de 30% para 60% no período analisado. O acesso de energia elétrica passou de 55% em 1986 para 85% em 2000, enquanto a energia elétrica rural deu um salto com a atuação do Projeto São José de combate à pobreza rural, de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado.

As tendências demográficas do Ceará seguem o mesmo padrão do Nordeste: redução da base da pirâmide etária, aumento da proporção dos idosos e ampliação da esperança

de viver ao nascer. Mesmo assim, a população do Ceará no ano de 2.000 ainda era muito jovem com 50% dos habitantes com menos de vinte e dois anos de idade.

## **Situação no ano de 2004**

O objetivo deste livro é fazer um registro da situação dos recursos humanos e do sistema de ensino do Ceará na década de 80, com base em estudo realizado pelo autor quando era pesquisador da equipe de professores do programa de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Ceará, como já esclarecido antes.

Colegas do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) ao lerem a primeira redação desta obra fizeram duas recomendações, que acolhi prontamente. A primeira foi reduzir o excesso de tabelas estatísticas, gráficos e outros comentários metodológicos que são geralmente utilizados em documentos acadêmicos. Deixei apenas aqueles dados que poderão servir de subsídio para comparações futuras e são difíceis de serem obtidos ao passar dos anos. A segunda sugestão foi quanto à conveniência e oportunidade de incluir um novo capítulo sobre como se encontra o sistema de ensino do Ceará, após vinte anos da realização do estudo que motivou a elaboração deste livro. O presente capítulo tem essa finalidade de oferecer um sumário das informações mais relevantes sobre referido assunto, conforme recomendado.

A população total do Ceará alcançou 7.276 mil habitantes no ano de 2004, dos quais 20% foram registrados como analfabetizados. Considerando as pessoas de 15 anos e mais, a proporção era de 23% de analfabetos, bem abaixo dos 37% da década de 90. Nesse período, o Ceará teve um desempenho melhor do que o Nordeste e igualando-se a média regional. Mesmo assim, o Ceará está ainda muito aquém da situação brasileira. As taxas nesse tocante para o Sudeste e Sul do País eram de apenas 7%. É prudente considerar que esses dados devem estar superestimados, pois os levantamentos anuais por amostragem escondem as pessoas que se consideram nessa condição por saber apenas assinar o nome, mas sem domínio da leitura e do manejo aritmético dos números. Quanto aos analfabetos funcionais, que não têm capacidade de interpretação de um texto, mesmo elementar, os números são assustadores para um país como o Brasil. No caso do Nordeste, a situação é dramática. Os levantamentos feitos nas frentes de serviço patrocinados pelo governo, nos anos de seca do Nordeste, por exemplo, indicam índices de analfabetismo absoluto de 70% ou mais.

Mesmo assim, computando a população de cinco anos e mais nesse ano segundo as estatísticas oficiais, existiam no Ceará um milhão seiscentos e oitenta mil analfabetos ou com menos de um ano de instrução. Fato notório a registrar é que, no quadro rural, as pessoas com mais de 50 anos, apenas 16% eram alfabetizadas. No grupo de idade

de 15-39 anos, há também um substancial hiato no grau de analfabetismo entre as zonas urbana e rural. As relações são, respectivamente, 17% e 32%. No tocante ao sexo, as mulheres eram proporcionalmente mais alfabetizadas do que os homens.

A conclusão que se observa dos dados de educação no Ceará é que as crianças de 7-14 anos estão contando com melhores oportunidades de estudo do que os adultos. O mesmo ocorre com os residentes nas cidades em comparação com os domiciliados nas zonas rurais. Na média total de 2004, 96% das crianças do Ceará estavam frequentando a escola, em comparação com 78% em 1990. O Brasil e o Nordeste contavam com percentagens semelhantes. No grupo de idades de 15 a 17 anos, o Ceará e o Nordeste evoluíram de 54% para próximo de 80% e o Brasil com proporção ainda mais elevada.

Quanto à escolaridade média, que são os anos de estudo, era de 4,7 no Ceará e de 6,5 no Brasil, também ano de 2004. São Paulo e Paraná, além do Distrito Federal, são as unidades de mais elevado percentual nesse particular, com mais de 7 anos médio de estudo.

Elemento importante a comentar quanto ao ensino médio é que no Ceará a evolução da escolaridade foi de 8% para 36% desde 1990. Percentagem superior ao Nordeste, mas ainda inferior ao Brasil que já alcançou 48%. Nos Estados mais desenvolvidos, como São Paulo, Paraná e Santa Catarina, essa percentagem é de 66%. No entanto, o ilustre

economista Vinod Thomas, em seu livro “O Brasil Visto por Dentro” (2005), afirma que o Brasil durante muitos anos se concentrou no Ensino Fundamental e Superior, mas destinou pouca prioridade à qualidade. A deficiente qualidade do ensino de 1ª a 4ª série contribuiu para que um número pequeno de estudantes conseguisse ingressar no ensino médio. Os ricos matriculam seus filhos em escolas particulares no ensino fundamental e médio e mais tarde são beneficiados pelo ensino universitário gratuito. Essa situação é comum a todos os Estados do País, inclusive o Ceará.

Quanto aos jovens de 18 a 24 que estão na universidade, é deficiente a situação no Nordeste de modo geral, com pouco mais de 6%, contra o dobro no Brasil e 18% do Sudeste.

O ensino, segundo a dependência administrativa, é caracterizado pela participação do município na esfera da educação infantil e no ensino fundamental. A responsabilidade pelo ensino médio e educação de jovens e adultos é de responsabilidade do governo do Estado e de estabelecimentos particulares.

As instituições de ensino superior eram constituídas de 30 unidades, que triplicaram desde o início da década de 90. No Ceará são cinco universidades, das quais uma é Federal, três estaduais (Universidade Estadual do Ceará, Universidade Vale do Acaraú e Universidade Regional do Cariri). As faculdades, escolas e instituições de ensino superior, públicas e privadas, eram 25 em 2004.

Nesse conjunto de ensino superior estavam em funcionamento 245 cursos, com uma matrícula total de cerca de 90 mil alunos, dos quais 20 mil na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). O corpo docente desse complexo universitário era formado de 6 mil professores, sendo 4.500 das universidades públicas.

Finalmente, o ponto importante deste capítulo é verificar que, nos últimos 20 anos, o Ceará conseguiu avançar de modo geral na solução dos seus problemas educacionais, inclusive com desempenho melhor que o de outros Estados em situação econômica similar. Gradativamente. A medida que mais recursos e experiências forem sendo acumulados, tenho a esperança de que o Ceará vai conseguir oferecer uma educação em quantidade e qualidade para a população carente desses serviços estratégicos. Lembro-me quando era um jovem adolescente e residia numa importante cidade do interior de nosso Estado, mas fui obrigado a emigrar para Fortaleza para ter acesso ao ensino médio e ao ensino superior público gratuito. Hoje a mencionada cidade dispõe de todas as facilidades para o estudante pobre cursar o ensino médio e uma Universidade com inúmeras opções de ramos de especialização.

Não se pode afirmar que temos educação suficiente e em qualidade, mas a conclusão geral é que estamos no caminho certo e que os governantes já estão convictos que a opção é clara: “educação ou atraso e pobreza”.



## POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO

A situação da economia do Ceará é caracterizada por grande desigualdade, com grandes segmentos da população na condição de pobreza. Os esforços que foram feitos pelos governantes ao longo de muitas décadas não foram suficientes ou foram inadequados para assegurar uma maior participação no processo de crescimento do Estado. As famílias pobres não contaram com oportunidades educacionais de seus filhos, que são obrigados a trabalhar para complementar o orçamento familiar.

A análise da situação escolar revela também uma grave inadequação da escola à realidade dos alunos, famílias e grupos sociais. Há deficiências metodológicas e padrões de avaliação, ou seja, falta de qualidade no sistema educacional em todos os níveis, segundo diversos estudos.

Muitos foram as políticas e programas educacionais adotados no Ceará, bem como no País, objetivando oferecer as condições reclamadas pela população e a sociedade. O presente capítulo tem por finalidade evidenciar algumas questões pertinentes ao objetivo de melhorar os padrões educacionais, levando em conta as experiências acumuladas

e as novas necessidades do desenvolvimento econômico mais equilibrado e socialmente justo.

Nunca houve antes tanta concordância sobre um assunto como está ocorrendo agora sobre o papel da educação. Essa tendência também levanta, em toda a parte, questões difíceis e emocionais sobre o que mudar nas políticas públicas educacionais. Muitos estudos e pesquisas demonstram que a educação é a maior garantia para o desenvolvimento pessoal e o progresso social. Ela é também a melhor distribuição dos frutos da riqueza, desde que conduzida para os atores do desenvolvimento.

Relatório do Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Humano afirma que as sociedades precisam reconhecer que a sua riqueza real é o seu povo. A excessiva obsessão pela riqueza material que tem dominado o mundo nas últimas décadas está em contraposição ao objetivo principal dos novos sentimentos sociais, que é o enriquecimento das vidas humanas através da educação.

Aristóteles escrevia que “a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos, é apenas um meio para alcançar qualquer coisa mais”. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defende que a educação deve estar a serviço do desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade. Assim como da transformação das estruturas econômicas, jurídicas e sócio-políticas na procura da criação de uma sociedade mais participativa e solidária do povo. Isto significa que o conhecimento é um bem extraor-

dinário porque ele pertence à pessoa que o tem e ninguém pode tirar dele. Para todos os lugares que a pessoa vai leva consigo esta riqueza. Daí porque as diferenças entre pobres e ricos não é por que eles têm menos capital, mas porque têm menos conhecimento e saber.

Dentre as conclusões da II Conferência do Episcopado latino-americano foi feito um apelo aos responsáveis pela educação para que ofereçam oportunidade educativa a todos os homens, a fim de que consigam alcançar, por si próprio, sua integração na sociedade, com plenitude de participação social, econômica, cultural e política. No seu livro sobre a “Sociedade Pós-capitalista”, o notável escritor Peter Drucker, ao descrever a pessoa instruída da nova era do conhecimento, que estamos vivendo no século XXI, diz que “o conhecimento não é impessoal como o dinheiro ou não reside em um livro, em um banco de dados ou em um programa de computador“. O conhecimento está sempre incorporado a uma pessoa, é transportado por uma pessoa, é criado, ampliado, aplicado ou aperfeiçoado por uma pessoa e usado bem ou mal, por uma pessoa”. Drucker ressalta também, que em todas as sociedades anteriores, as pessoas instruídas eram um ornamento. Mas na atual sociedade do conhecimento é o emblema, o símbolo, “a porta-bandeira da sociedade”. Isto deve mudar o sentido e a orientação da educação que carece de modo crucial de políticas direcionadas para essa nova era.

No que se refere à educação de base, em vista desse novo contexto, não deve visar apenas a alfabetização, mas também capacitar o homem para convertê-lo em agente consciente de um desenvolvimento integral. Relativamente à escola, deveria ser uma verdadeira comunidade fundada por todos os elementos que a integram: associação de pais, os jovens, os educadores.

Os objetivos da educação com vista especificamente à redução da pobreza, merecem uma atenção especial. O sucesso ou fracasso dos esforços para aliviar a pobreza pela educação repousa na habilidade de tratar os valores prevaletentes na própria pobreza. É justiça e não caridade, o que a população pobre deseja.

O atraso econômico tem muitas causas, mas a principal é ser a educação considerada como uma despesa de consumo e não de investimento. A crença também de que os resultados da educação são de longo prazo, tem levado muitos governantes a destinarem os recursos orçamentários para projetos e obras que apresentem resultados imediatos, negligenciando o fundamental. A mudança dessa mentalidade é politicamente factível? Em muitos países foi possível, só que não é fácil entre nós que temos uma cultura de resultados imediatos. Entretanto, diz um provérbio chinês que “se você deseja um ano de prosperidade, cultive grãos. Se você deseja dez anos de prosperidade, cultive árvores. Se você deseja cem anos de prosperidade, cultive homens”. As novas décadas irão exigir dos políticos e governantes

coragem, inovação e liderança sem precedentes para levar avante uma reformulação necessária da educação.

É preciso considerar que a educação tem dois efeitos na pobreza. Primeiro, ela aumenta a capacidade das pessoas, melhora o nível gerencial, bem como a continuidade de modo sustentável de suas atividades produtivas. Mas igualmente importante pode ser o segundo efeito da educação, que é a motivação e a aspiração para melhorar os rendimentos e o padrão de vida.

Desse modo, mesmo nas situações onde os retornos econômicos da educação são determinantes, os resultados sociais são sempre significativos. O Economista Harvey Brazer (Social and Economic Determinant of the Demand of Education, 1962) estudando donde provem as aspirações, responde: “Todas as pessoas têm aspirações, mas é a educação que controla a extensão, o tipo e a qualidade da aspiração que as pessoas têm”. Na UNESCO, Paris em 02/06/80, o Papa João Paulo II afirmou que “A educação é libertadora não somente em escolher o que fazer, mas principalmente a liberdade pessoal de agir em plena consciência, inspirado pelos valores objetivos de uma vida humana condigna, numa ação em que se realiza como pessoa”. O fato cultura fundamental é que o homem seja espiritualmente desenvolvido, isto é, plenamente educado e sujeito de seu próprio destino.

Como a educação em sentido geral produz efeitos a mais longo prazo, é preciso priorizar a educação de jovens

e adultos analfabetos. É necessário, porém, precaver-se para que populações alfabetizadas não regridam. Para isso, são necessários programas educacionais pós-alfabetização e o incentivo geral à leitura. A outra frente de trabalho emergencial é o ensino fundamental regular, com acesso aos pobres, com continuidade e qualidade.

# EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

**A** tese deste livro é que a educação deve ser orientada com vista ao alcance de um desenvolvimento integral. É oportuno mencionar o que o Papa Bento XVI diz sobre esse assunto: “O autêntico desenvolvimento, organizado e integral, desejável para todos, exige mais conhecimento de maneira objetiva sobre as situações humanas, discernir as autênticas causas da miséria e oferecer respostas concretas, tendo por prioridade uma formação adequada das pessoas e das comunidades”. O desenvolvimento humano sustentável é a favor do povo, dos pobres e da natureza. Ele dá a mais alta prioridade à redução da pobreza, ao progresso produtivo, à integração social, esclarece o PNUD (Nações Unidas).

O Brasil, enfim, precisa de políticas educativas que apontem a direção de uma sociedade capaz de respeitar a dignidade de cada pessoa humana. Esta é a educação reclamada por um novo desenvolvimento econômico, social e político. A educação é a maior responsável por uma melhor distribuição dos frutos do progresso. Desta forma,

o fim primeiro da educação é o desenvolvimento pleno da personalidade, tanto no âmbito do conhecimento como dos valores morais, sociais e éticos.

Não quero parecer dogmático. Mas a regra da história humana é que a educação não é apenas uma questão isolada da economia, da política ou da cultura. A trava que a educação se transformou para o desenvolvimento do Nordeste (tema deste livro) é porque falta um projeto nacional de construção de uma sociedade justa e participativa, o que gera um círculo vicioso de subdesenvolvimento.

O que está acontecendo no Brasil é um reflexo da situação mundial dos países da África, Sul da Ásia e algumas nações latino-americanas. Nesses países, por exemplo, mais de 100 milhões de crianças não tiveram chance de ir à escola e 800 milhões de adultos não tiveram oportunidades de aprender a ler e escrever.

Várias iniciativas das Nações Unidas estão atualmente direcionadas para ajudar os países com esse problema ao redor do mundo. Um recente documento dessa organização mundial (*Links Between the Global Initiatives in Education*, 2005) reforça a opinião de que “O direito à educação ocupa um lugar central nos direitos humanos, e é essencial e indispensável para o exercício de todos os outros direitos humanos e para o desenvolvimento econômico”. O diretor geral da UNESCO, Dr. Koïchiro Matura, na apresentação do referido documento, afirma: “A educação é essencial para o desenvolvimento. Todas as pessoas no mundo gostariam de

ter uma vida melhor para si e para seus filhos, e a educação faz a diferença -ela pode ajudar as pessoas a trabalharem juntas para encontrar novas soluções para seus problemas e podem alcançar novas possibilidades. Justamente aprendendo a ler e escrever, podem ter a chance de mudar as coisas para melhor”. Desde o ano de 2000, os governantes do mundo, juntamente com as Agências das Nações Unidas, estão trabalhando para melhorar a educação através de quatro programas: Objetivos do desenvolvimento para o milênio; Educação para todos; Década da Alfabetização das Nações Unidas; Década de educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Voltando a tratar especificamente sobre o problema da educação brasileira, ou do Ceará em particular, como fator ou obstáculo do desenvolvimento econômico, cabe destacar alguns aspectos adicionais ao que já foi abordado antes. No processo educativo do Brasil, por exemplo, os currículos e programas pedagógicos são geralmente estruturados para atender ao mercado. Por essa razão, os conteúdos são direcionados para uma instrução acadêmica, sem preocupação com a formação para o exercício da cidadania. O modelo escolar brasileiro ignora as diferenças regionais, dando pouca atenção às necessidades específicas das pessoas residentes no campo (Nordeste), onde 70% das pessoas encontram-se abaixo da linha da pobreza.

Segundo estudos apresentados na 30ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2002), as

escolas são contaminadas pelas crises político-econômico-sociais. As escolas superiores nas suas funções básicas de ensino, pesquisas e extensão não se articulam com as comunidades em que estão inseridas. A função de preparação de profissionais para a sociedade é construída com a visão de indiferença com os problemas reais. Não há preocupação em construir uma nação, mais humana e compreensiva, à luz de políticas educativas capazes de enfrentar as questões de desigualdade e pobreza dominante.

Cumprе salientar, entretanto, que essa situação não é produto de um plano macabro de quem quer que seja. As coisas foram acontecendo como reflexo da falta de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social que visasse ao bem-estar do povo. Prevaleram mais os interesses de classes, setores e grupos. A educação foi sendo levada por teorias alienígenas, geralmente apoiadas em ideologias filosóficas, econômicas ou de razões individualistas de alguns ministros ou ideólogos da educação. Por sua vez, os reitores, conselhos universitários ou mesmo associações de professores e professores isoladamente foram construindo um modelo de ensino esquizofrênico de alto nível científico, mas vazio de sentimentos, nacionalidade e humanismo.

Como professor de uma Universidade Federal durante trinta anos, onde ocupei várias funções acadêmico-administrativas, como pró-reitor de planejamento durante duas gestões (portanto oito anos), tive oportunidade de vivenciar

a realidade do ensino superior em suas várias situações. Durante esse período, colaborei fortemente em muitas iniciativas do Conselho de Reitores e Órgãos do Ministério de Educação. Fui secretário executivo da comissão que tratava da coordenação das ações das Universidades do Nordeste com vista a construir um projeto de ação que levasse as universidades a olharem melhor as realidades da Região. Também coordenei o grupo de estudos para a elaboração da Proposta de Autonomia das Universidades Brasileiras. Participei de dezenas de reuniões no Brasil e no exterior sobre a problemática do ensino superior.

Muito se tem falado e escrito sobre educação universitária, como tive oportunidade de conhecer e vivenciar, mas observa-se que não tem havido uma preocupação em construir uma nação mais humana e compreensiva, à luz de políticas educativas capazes de enfrentar as desigualdades e pobreza dominante. As discussões no Brasil têm sido concentradas nas temáticas: ensino público ou privado; salários dos professores, sistemas de eleições para reitores, cotas de etnias para ingresso nas universidades e tantas outras coisas.

É necessário deixar patente que o objetivo de uma educação para o desenvolvimento humano em todos os níveis implica, naturalmente, que a sociedade tenha como meta indispensável a de proporcionar uma educação de qualidade para todos. No âmbito pedagógico, deve-se entender que a educação de qualidade objetiva formar uma

geração na participação social na solidariedade e numa compreensão ampla da realidade.

Dessa forma, a educação será verdadeiramente capaz de dar sua contribuição para eliminar os entraves para que o Brasil e o Ceará de amanhã sejam mais humano e desenvolvido integralmente.

## SEGUNDA PARTE

# RECURSOS HUMANOS

PARA AVALIAR A SITUAÇÃO E ALTERNATIVAS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ, DO PONTO DE VISTA DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, É DE SUPREMA IMPORTÂNCIA ANALISAR AS CARACTERÍSTICAS DE TAMANHO, TENDÊNCIAS E MUDANÇAS ESTRUTURAIS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.



## TAMANHO, CRESCIMENTO E ESTRUTURA DE IDADE DA POPULAÇÃO DO CEARÁ

No final da década de 80, o Ceará tinha uma população de 6.365 mil habitantes, conforme estimativas da Fundação IBGE. A densidade demográfica era de 44 pessoas por quilômetro quadrado, considerando que o Estado possui uma superfície de 145,7 mil quilômetros quadrados.

Comparativamente com o Brasil, o Ceará encontrava-se em 7º lugar em termos demográficos e é o 3º do Nordeste, depois dos estados da Bahia e Pernambuco. Neste particular, o Ceará contava com o dobro da população do Uruguai e uma vez e meia à do Paraguai. No *ranking* dos países estudados pelo Banco Mundial, existem no mundo quase cem países com população inferior à do Ceará. Territorialmente, o Ceará é o 4º do Nordeste, depois da Bahia, Maranhão e Piauí, superando em dimensão, a Suíça, Israel, Dinamarca, Bélgica e Líbano, juntos.

A taxa de crescimento geométrica anual da população do Ceará foi, na década de 70, de 2%, em média, bem inferior ao que se verificou nos trinta anos anteriores. De fato, o incremento geométrico mais elevado segundo as tendências históricas de evolução da população do Ceará

ocorreu em 1960, quando atingiu praticamente 3% ao ano. Desde então, deu-se uma inflexão decrescente na direção das taxas de crescimento, com estimativa que 1,7% na década 1990-2000.

Com base nessa taxa, a população do Ceará alcançou, em 2004, 8,0 milhões de habitantes, cerca de 1.529 mil a mais do que em 1990.

Desse modo, a população do Ceará triplicou em termos absolutos, entre 1940-1990, e aumentou 24% deste último ano até 2004. Embora o total da população do Ceará esteja continuamente se elevando, a taxa de crescimento está diminuindo de velocidade. Para melhor compreender esse fenômeno, é oportuno lembrar que as alterações no total da população resultam de movimentos de emigração ou imigração e de crescimento natural (mais nascimentos do que mortes ou de decréscimo nessas relações).<sup>1</sup>

Segundo Karl Sax,<sup>2</sup> praticamente todos os países industrializados passam por quatro etapas de transição demográfica. Na primeira etapa, ocorrem índices altos e oscilantes de natalidade e mortalidade, os quais, em média, quase se compensam. Na segunda etapa, quando o crescimento econômico se manifesta, os índices de mortalidade começam a declinar, mas as taxas de natalidade conservam-se elevadas.

---

<sup>1</sup> A taxa de natalidade bruta é o número de nascimentos por cada 1.000 pessoas no total da população. A taxa de mortalidade bruta é o número de mortes por ano de cada mil pessoas da população.

<sup>2</sup> *The population explosion*, Foreign Policy Association, 1956.

Na terceira etapa verifica-se a queda nos índices de natalidade, enquanto os índices de mortalidade se mantêm praticamente constantes. Quando os países se tornam desenvolvidos, ocorre a última etapa da transição com estabilização do crescimento da população resultante de baixas taxas de natalidade e mortalidade.

No caso do Ceará, as tendências das taxas vitais podem ser observadas nos dados a seguir.

De modo geral, pode-se concluir que as taxas de natalidade e mortalidade declinaram entre as décadas 60 e 70 no quadro rural e urbano do Ceará. A mortalidade infantil, todavia, ainda era de mais de 100 por mil.

O progresso médico e sanitário que condicionam as tendências de nascimentos e óbitos possibilitaram que a esperança de vida ao nascer tenha-se elevado de 45 para 49 anos entre 1960/70 e 1970/80. Em outras palavras, a expectativa de vida no Ceará aumentou de 3,8 anos; em Pernambuco e na Bahia essa elevação atinge 5,4 e 8,8 anos, respectivamente.

É imprescindível também examinar a situação dos movimentos migratórios para melhor avaliação das tendências e do verdadeiro potencial de crescimento da população do Ceará. Historicamente, as emigrações funcionaram como uma válvula de escape para as pressões demográficas. Motivadas por limitações dos recursos naturais, dificuldades de emprego, falta de víveres ou mesmo pela busca de novas oportunidades de melhor vida.

Omitindo uma análise mais completa desse assunto, por não ser propósito do presente estudo, pode-se observar que as taxas de crescimento natural da população do Ceará têm sido bem mais elevadas do que o crescimento real observado. A migração interna tem sido, obviamente, o fator de ajustamento dessas diferenças.

Enquanto a taxa de crescimento da população do Ceará era de 2,8% ao ano entre 1960/70, a taxa de crescimento natural atingiu 3,1%, ou seja, cerca de (-) 0,3% correspondeu a emigração do Ceará para outros estados do País. Entre 1970/80 esta proporção aumentou para (-) 0,5%. Vale esclarecer que, além da mortalidade demográfica estadual, há os movimentos internos da zona rural para as cidades, como ocorreu, por exemplo, em 1970/80 quando do crescimento de 4,7% no quadro urbano. Mais de 40% desse aumento era explicado por imigrações rurais.

De acordo com o Censo Demográfico de 1990, mais de um milhão de cearenses estavam vivendo em outros estados da Federação, nesse ano. Em termos absolutos, os emigrantes do Ceará preferem o Sudeste e os estados do próprio Nordeste. Mesmo que proporcionalmente a maior percentagem de cearenses esteja no Norte em relação aos migrantes totais do Nordeste.

Em termos relativos, a população do Ceará tem perdido posição em comparação com o Brasil. Em 1960, o Estado representava 4,7% do Brasil e, em 1980, baixou para

4,4%. Essa relação era de 4,2% em 2.000. Pode-se também observar pelo confronto do percentual de aumento entre 1960/80 que, no Brasil, foi de 69,8% e o no Ceará atingiu 60,7%. A mesma relação ocorreu entre 1980 e 2000 quando o incremento foi de 40,8% no Brasil e 40,9% no Ceará.

Semelhante tendência é registrada igualmente no Nordeste, que, no entanto, teve uma perda relativa menos acentuada que a do Ceará.

## **Idade e Sexo da População**

A estrutura da idade de uma população indica importantes informações sobre os recursos humanos de um país ou região. Os países subdesenvolvidos, por exemplo, em face dos desenvolvidos, mostram uma proporção bem maior de dependência dos grupos mais jovens e uma proporção maior do grupo de idade 15 a 50 anos que abrange a população trabalhadora. Assim, uma significativa proporção morre antes de chegar às idades plenamente ativas com elevados custos sociais para a economia.

Um dos fatos demográficos relevantes da população do Ceará é que ela é jovem. Em 1988 quase 40% da população era constituída de pessoas de menos de 15 anos e quase um terço de crianças de menos de 10 anos. Se considerarmos que essa não contribui plenamente para o sustento de sua família antes de atingir 19 anos e é velha demais para isto depois dos 60 anos, veremos que quase a metade da

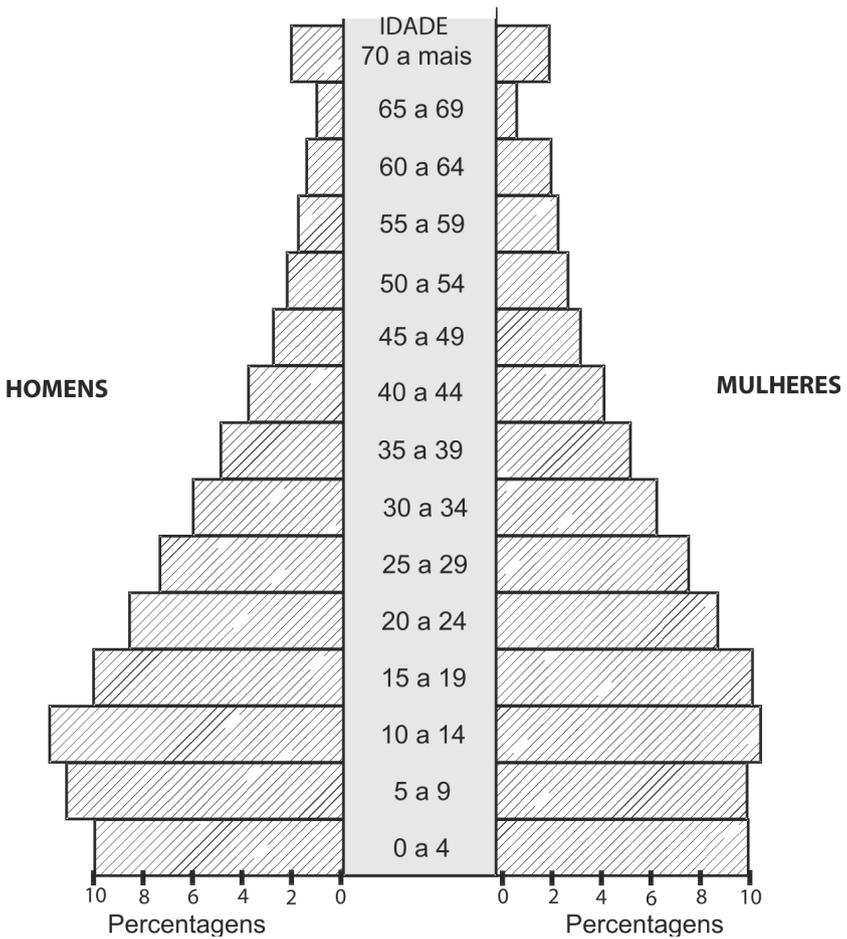
população do Ceará era ineficiente do ponto de vista dos recursos humanos.

Vale destacar, entretanto, que essa situação vem melhorando no Ceará. Na verdade, a razão da dependência<sup>3</sup> da população residente desse Estado era, em 1988, de 71% e o índice de envelhecimento<sup>4</sup> de 14%.

No ano de 2000, essas relações passaram a ser praticamente iguais as do Brasil, ou seja, 65% e 19% respectivamente (figura 1).

Quanto ao sexo, 52% da população do Ceará é do sexo feminino.

**FIGURA 1 – Ceará. População por Sexo e Idade – 2.000**



Fonte dos dados originais: PNAD, 2000.



## URBANIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

O crescimento da população e o processo de urbanização estão fortemente associados aos problemas socioeconômicos do desenvolvimento econômico.

O Ceará tem experimentado uma tendência de urbanização dramática do ponto de vista da sua intensidade e das implicações decorrentes desse fenômeno. Basta mencionar que a população urbana do Ceará era de 33% em 1960, mas já atingiu 64% em 1980. Estima-se que em 2000 estavam vivendo nas cidades cerca de 74% dos habitantes do Estado.

Esta transição de domicílio da população rural para a cidade ocorreu em apenas 40 anos no Ceará, enquanto nos Estados Unidos foram necessários 100 anos para semelhante transformação. O grau de urbanização do Ceará já é semelhante ao da Suíça, Áustria, Grécia, Polônia etc. Em média, os países mais desenvolvidos do mundo, associados à Organização Europeia de Cooperação Econômica, apresentaram um índice de urbanização de 77% em 1990, enquanto o referido índice atingia 64% no Ceará. Vale ressaltar, no entanto, que o Estado se encontra num padrão 11% inferior

ao do Brasil, nesse particular. O indicador de velocidade de urbanização IU (t), todavia, vem sendo no Ceará superior ao do Brasil, ou seja, 1,30 e 1,20, respectivamente, nas décadas de 80 e 90. Observa-se, que, nesse mesmo período, apenas no estado do Piauí e Pernambuco tais índices eram semelhantes aos do Ceará.

Até os anos 70 vinha-se verificando uma aceleração do processo de urbanização do Ceará em termos de aumentos percentuais por década. Segundo esses dados, o incremento percentual de 43% na sua população urbana entre 1940/50 passou para 62% no período 1970-80. Desde então, contudo, essa proporcionalidade vem declinando. Na década de 1990-2000 essa taxa foi de apenas 28%.

A intensa urbanização do Ceará decorreu das mudanças no quadro agrário e, em consequência, das políticas de urbanização e implantação de projetos industriais e de natureza social nas cidades do interior e na capital. Desse modo, quando a população se deslocava para os centros urbanos, ocorria uma redução da parcela da população rural em relação à população total. Este segmento caiu de 75% em 1960 para 37% em 1990 e de 30% na década seguinte.

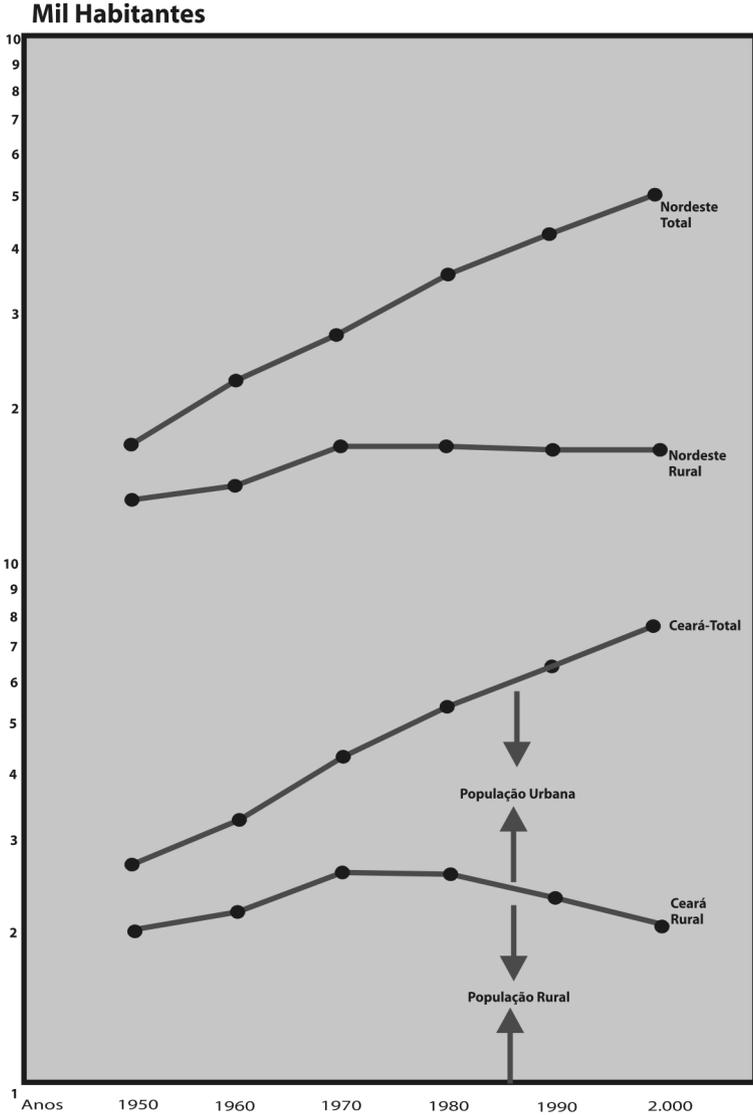
Com a continuação dessa tendência relativa, o Ceará ingressou, a partir de 1980, na segunda fase da transição demográfica, passando a apresentar também redução absoluta da população rural. Entre 1990 e 2000 a população rural do Ceará caiu de 2,2 milhões para 2,1 milhões de pessoas. Segundo a experiência histórica dos países industrializados,

esta seria uma fase somente alcançável nos níveis superiores de progresso econômico.

A extensão da urbanização de uma área, segundo o economista John Friedmann, reflete o grau do seu desenvolvimento comercial e industrial. Mesmo que essa relação não seja perfeita, é suficiente para entender que a urbanização tem sido considerada como um dos índices de desenvolvimento de uma região. Desse ponto de vista, é razoável reconhecer que o Ceará já é um Estado predominantemente urbano, mesmo que a maioria dos problemas da agricultura permaneçam insolúveis e as questões urbanas signifiquem para o Ceará mais problemas do que *status* de desenvolvimento econômico.

Com relação ao tamanho demográfico das cidades do Ceará, verifica-se que 53% de sua população residia em aglomerações de mais de 50 mil pessoas. Nas cidades de 10 a 50 mil habitantes achavam-se 25% e nas de 5 a 10 mil 20%, cabendo o restante aos demais núcleos de 500 pessoas a 5 mil, os quais são representativos das chamadas cidades rurais.

**FIGURA 2 – Evolução da População do Ceará e Nordeste – 1950-2.000 (Escala Semilogaritmica)**



# FORÇA DE TRABALHO E ATIVIDADES DA POPULAÇÃO

A problemática do emprego está associada, de modo geral, às considerações do processo produtivo e às aptidões da força de trabalho.

Nas regiões menos desenvolvidas em particular, a qualidade da mão-de-obra é influenciada pelas más condições de nutrição e saúde, além dos níveis de educação e alfabetização insuficientes para uma eficaz atividade produtiva.

No entanto, de acordo com o economista Hirshman:

O desenvolvimento não depende tanto de combinações ótimas de dados e fatores de produção, mas de que surjam recursos e habilidades até então escondidas, dispersas ou não utilizadas, a ser atraídos para os objetivos do desenvolvimento.<sup>5</sup>

Neste particular, esclarece Irma Adelman, “encontram-se os recursos humanos desempregados e subempregados tão abundantes e insuficientemente utilizados nos países subdesenvolvidos”.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> HIRSHMAN, Albert O. The Strategy of economic development. New Haven: Yale University Press, 1958.

<sup>6</sup> Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 1967.

Aos problemas de suprimento de mão-de-obra acrescentam-se, naturalmente, outros pertinentes às necessidades e possibilidades da procura desse fator.

Para avaliar a situação e alternativas de crescimento econômico do Ceará, do ponto de vista da utilização dos recursos humanos, é de suprema importância analisar as características de tamanho, tendências e mudanças estruturais da população economicamente ativa.

Sobre o assunto, experiências nacionais e internacionais demonstram que numa população em idade de trabalhar nem todos estão ocupados produtivamente. Enquanto uns não precisam trabalhar por possuírem meios de vida acumulados, outros não podem fazê-lo por força da idade, condições de saúde ou falta de treinamento. Nas regiões subdesenvolvidas, todavia, um fator determinante para que parte das pessoas que necessitam trabalhar não possam realizar seu intento é a ausência de emprego e ocupação por restrições do próprio mercado de trabalho. A falta de oportunidade de trabalho faz com que pessoas necessitadas passem meses executando uma série de trabalhos de baixa produtividade como meio de sobreviver. São os chamados trabalhos informais.

Essas considerações são essenciais para a introdução dos conceitos básicos de que se necessita para o estudo sobre emprego e desemprego da força de trabalho, bem como a investigação de suas aptidões.

O estudo da força de trabalho no presente capítulo está baseado nas estatísticas dos censos demográficos e na

Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), da Fundação IBGE.

Para o Censo, compõem a população economicamente ativa as pessoas de 10 anos e mais de idade que, durante os 12 meses anteriores à data do Censo, exerceram trabalho remunerado em dinheiro, mercadorias ou ambos. E as mesmas sem remuneração que trabalharam 15 ou mais horas ajudando a pessoa com quem residiam, ou outras formas voluntárias. Nesta condição, foram incluídas também as pessoas no mesmo nível de idade que, nos últimos dois meses anteriores ao Censo, houvessem tomado alguma iniciativa para obter trabalho.

Por sua vez, os levantamentos realizados pelo PNAD objetivam fornecer informações comparáveis com os elementos censitários. Especificamente, o PNAD considerou como população economicamente ativa as pessoas de 10 anos e mais que estavam ocupando na semana de referência e as que estavam procurando trabalho. Pessoas ocupadas, por sua vez, eram aquelas que exerciam algum trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa. Enquanto isso, consideraram-se como procurando trabalho as pessoas que não tinham trabalhado na semana de referência, mas tomaram alguma providência para conseguir trabalho.

## A Dimensão e o Crescimento da PEA

De conformidade com os dados do PNAD para 1988, a população de 10 anos ou mais do Ceará era de 4.578,1 mil habitantes, correspondendo a 73% da população total. Neste mesmo ano, a população economicamente ativa alcançava 2.501,4 mil pessoas, ou seja, 54,6% da população de 10 anos e mais e 39,5% da população total. Esta última relação era de 39,5% no Nordeste e 44,4% no Sudeste.

Outra característica geral a destacar é a elevada participação do sexo masculino na população economicamente ativa do Ceará, e das mulheres na população não-economicamente ativa. No primeiro caso, a percentagem foi de 66% em 1988 e, no segundo, 74% do sexo feminino.

Uma análise de mais longo prazo revela um excelente desempenho do crescimento do emprego a partir da década de 1970.

Enquanto a taxa média anual do crescimento da população total foi de 2,8% entre 1960-1970, o aumento do emprego ficou em 1,8%, com um déficit aparente de oportunidades de trabalho. Na década de 70, contudo, o incremento anual do emprego passou para 3,0% alcançando o recorde de 4,7% entre 1980-88, em comparação com uma queda no crescimento populacional nos 18 anos citados de aproximadamente, 1,9%. Neste caso, é de supor-se que o desemprego e o subemprego devem ter diminuído relativamente no Ceará durante o período.

Entre 1980-88 foram criados 746 mil novos empregos no Estado. O setor de serviços contribuiu com 63% dessas novas ocupações. Isto significou uma taxa média anual deste último segmento de 7,4% ao ano.

Desde a década de 60, o referido setor vem-se destacando como o mais absorvedor de mão-de-obra, com taxas respectivas de 4,0 e 6,2% entre 1960-70 e 1970-80. Enquanto isto, o setor industrial teve o melhor desempenho relativo na década de 70, com 7,2% de crescimento. Em 1980-88, a indústria arrefeceu seu ritmo de criação de emprego para 4,4%. Mesmo assim, foi o dobro da agricultura no mesmo período. No entanto, os 2,2% do emprego agrícola mostrou-se comparativamente excepcional em relação aos 20 anos anteriores, que estagnou entre 1970-80 e evoluiu apenas numa média anual de 0,83% na década de 60.

Deve-se, no entanto, lembrar que o crescimento da população rural foi negativo entre 1970-80, enquanto o incremento urbano alcançou 4,7% ao ano, tanto nesta década como na anterior. A população rural, todavia, aumentou 1,6% entre 1960-70, quase o dobro, portanto, da taxa de criação de emprego no mesmo período.

Cabe esclarecer que, no setor serviços, as atividades que mais cresceram, no período de 1980-88, foram: prestação de serviços, com 8,4% ao ano e 18% do emprego total do Estado; atividades sociais, com 8,8% e participação de 8,2% no total, em 1988. Semelhante desempenho desse setor, na década de 70, também é explicado prin-

principalmente pelas referidas atividades, cujas taxas foram, em média, de 7,4 e 8,3% para prestação de serviços e atividades sociais. As outras atividades com menores participações na criação de empregos foram comércio de mercadorias, transporte e comunicações e administração pública, esta última com variação média anual de 6% ao ano nas duas décadas.

Em face dessas taxas diferenciadas de crescimento do emprego, ocorreu uma mudança significativa na estrutura setorial das ocupações. A agricultura, que concentrava 66% das oportunidades de trabalho em 1960, caiu para 37% em 1988. Neste ano, o setor serviços gerava 45% do emprego do Estado, contra apenas 22% em 1960. A indústria manteve a sua participação praticamente inalterada nos vinte anos do período de 1960-1980, subindo um pouco para 19% em 1988.

## **Características e Aptidões da População Ocupada**

Analisando a situação da população ocupada do Ceará, em 1988, verifica-se que, das 884,8 mil pessoas que trabalhavam na agricultura, 50,8% eram assalariados. Das 1,5 milhões com atividades não agrícolas, 62,7% estavam nesta categoria.

Por sua vez, os empregadores representavam 2,3 e 1,6% do total das pessoas ocupadas, respectivamente nos afazeres agrícolas e não agrícolas. Nesta última atividade

estavam 33,2% dos autônomos, enquanto se classificavam nesta categoria 24,6% trabalhadores da agricultura.

Estão incluídas também na condição de população ocupada as pessoas que trabalham independentemente de terem remuneração, auxiliando membros do domicílio que tenham atividade econômica, instituições beneficentes, de cooperativismo ou desempenhando tarefas de aprendiz de ofício ou estagiando. Na agricultura essa parcela representava 22,3% do total, ou 197,6 mil pessoas em 1988, contra apenas 2,5% nas atividades não agrícolas.

A distribuição das pessoas ocupadas em 1988 do Ceará correspondia, em média, a 56% de empregados, 30% por conta própria, 1,9% de empregadores e 12,1% de pessoas não-remuneradas.

O nível de instrução da população ocupada é um indicador fundamental para avaliar as possibilidades dessa população para o adequado desempenho de suas funções no processo produtivo e com vistas à modernização da economia.

Os dados do PNAD de 1988 mostram que 39% da população economicamente ativa do Ceará não tinha nenhuma instrução ou contava com menos de um ano de instrução. Pelos padrões brasileiros, esta categoria corresponde na prática às pessoas sem alfabetização elementar e carente do requisito básico indispensável para a qualificação simples de operações técnicas que usam a escrita como fundamento. Vale destacar, ainda, que 60% dessas pesso-

as estavam no quadro rural e correspondiam a 588,1 mil pessoas. Por outro lado, cerca de 34% constavam com 1 a 4 anos de instrução, com pequena desvantagem para o quadro rural.

No caso das pessoas que possuíam mais elevado nível de instrução, como aquelas com mais de 5 anos de estudo, a situação se inverte: os centros urbanos concentravam 90% do total das 685 mil pessoas nesta categoria. Em relação ao próprio setor rural, 17% detinham este elevado nível de instrução, em comparação com 42% da população economicamente ativa da zona urbana.

Observa-se que há uma estreita relação entre os níveis de instrução e os rendimentos recebidos pela população ocupada do Ceará. Cerca de 77%, por exemplo, das pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo recebiam até um piso salarial em 1988. Das pessoas que trabalhavam sem rendimento, 50% pertenciam essa categoria. Com 9 a 11 anos de instrução, a metade recebia entre 1 e 5 pisos e as pessoas com 12 anos e mais se encontravam no grupo com mais de 6 pisos salariais por mês.

Pelos indicadores da pesquisa do PNAD constata-se que o rendimento de todas as fontes da população ocupada do Ceará situam-se em nível muito baixo. De fato, 63% da população de mais de 10 anos que efetivamente trabalha recebiam menos de um salário mínimo por mês ou não percebiam nenhuma remuneração. Esta proporção eleva-se para 78% na zona rural. Apenas 10%, em média, obtinham

mais de 3 salários mínimos mensais, enquanto também no quadro rural esta percentagem era de apenas 2,7%.

Do ponto de vista do rendimento por sexo, observa-se maior proporção de mulheres 64% nos grupos que recebiam até 1 salário mínimo. Fato curioso, no entanto, observa-se que das 315 mil pessoas que trabalhavam sem retribuição 76% eram de homens.

O que acabamos de descrever diz respeito às pessoas de 10 anos e mais efetivamente ocupadas.

Outra informação de utilidade para aferir o padrão de vida de uma população se refere a situação geral do rendimento de toda a população de 10 ou mais anos. Neste caso, estão os aposentados, pessoas que usufruem rendimentos de aluguel e outras modalidades de retribuição que não diretamente pelo trabalho de uma ocupação específica. Nesta situação estavam 4,6 milhões de pessoas dos 6,3 milhões do total do Ceará, em 1988.

Considerando as classes de rendimento mensal, verifica-se que 28% da população economicamente ativa (PEA) recebia até  $\frac{1}{2}$  a 1 piso. O valor médio era de US\$ 42.30. No grupo de rendimento mais elevado (mais de 20 pisos salariais), o rendimento médio atingiu US\$ 2.028,34, aproximadamente 48 vezes o nível mais baixo.

Os dados sobre as pessoas ocupadas segundo os grupos de atividade indicam que, tanto em 1980 como em 1988, o grupo de ocupações técnica, científica, artística e assemelhada, bem como de natureza administrativa, repre-

sentavam 13% do total de pessoas trabalhando nesses dois períodos. De modo geral, esta categoria de ocupações não específicas é caracterizada por alta proporção de pessoas trabalhando em tempo parcial. Em média, por exemplo, 47% exerceram suas atividades em 1988 abaixo de 39 horas semanais. Já nas ocupações específicas, esta proporção caiu para 25%, ou mesmo 12%, como no caso, em particular, do setor de transporte e comunicação.

Estruturalmente, as diferenças mais expressivas entre 1980 e 1988 foram pertinentes às ocupações agropecuárias e extrativas vegetais e animais que caíram de 48,4% para 34,8% no período. As ocupações na indústria de transformação e construção civil ascenderam de 20,4% para 21,5%. Comércio, atividades de serviços, transporte e comunicações declinaram relativamente um pouco entre 1980-88.

É oportuno ressaltar ainda que a análise presente se refere a mudanças estruturais em forma estática comparativa, ou seja, tomando por base os totais de cada ano. Em termos de comparação absoluta, portanto, todos os setores cresceram entre os dois períodos com taxas geométricas anuais de 5,5% para as ocupações não-específicas e 3,7% para as ocupações específicas.

Historicamente, o desenvolvimento econômico vem acompanhado por transformações estruturais na formação da renda e do emprego. As mudanças mais significativas geralmente ocorrem na perda de posição relativa da agropecuária em relação ao total da renda e do emprego. Em

contrapartida, a indústria tende a ascender sua posição. Os serviços acompanham essa tendência de elevação na proporção das atividades econômicas, mas com um patamar de estabilização, conforme tratado em outra parte deste trabalho.

## **Subutilização da Força de Trabalho**

A taxa de desocupação utilizada pelo IBGE corresponde à relação entre as pessoas que estão desocupadas e procurando trabalho pelo total da População Economicamente Ativa (PEA). Esta relação é denominada pelo IBGE de “taxa de desemprego aberto”.

Segundo muitos demógrafos, tal relação expressa apenas uma desocupação conjuntural, pois as pessoas nessa condição, registradas pelo IBGE, estão em trânsito de uma situação de emprego ou desocupação para outra. Além disso, os dados de desemprego aberto divulgados pelo PNAD, por se referirem a uma única semana, não medem cumulativamente o nível de pessoas que perderam o emprego, os desempregados que desistiram de procurar emprego e as que nunca foram deliberadamente a busca de um emprego.

Em decorrência dos critérios adotados, verifica-se que a taxa de desocupação ou desemprego aberto, tanto no Ceará como no Nordeste, são muito baixas pelos padrões internacionais. Segundo a pesquisa do PNAD de 1988, a

percentagem das pessoas que procuravam trabalho em relação às pessoas economicamente ativas foi de 3 a 4%, semelhante também ao Sudeste é ao Sul do país.

Os resultados de 1988 mostraram que o Ceará detinha a maior proporção de ocupados (15%) na faixa de mais de 60 anos. Desse modo, a percentagem da população economicamente ativa do grupo de idade mais produtivo, que é o de 18 a 59 anos, alcançava 75% no Ceará, menor do que a de qualquer das regiões do Brasil, inclusive Nordeste que foi de 78%. A proporção do Sudeste, neste particular, atingia 86%.

Quanto às garantias trabalhistas e previdenciárias, registra que, em 1988, apenas 26% das pessoas ocupadas de mais de 10 anos contribuíram para o Instituto de Previdência. Nas atividades agrícolas esta percentagem decresce para 2,8%.

Dos 1.408 mil empregados do Ceará em 1988, ou 58% de todas as pessoas ocupadas, 34% contavam com carteira assinada pelo empregador, relação que foi de 23% no Nordeste, mas 49% no Sudeste. Nas atividades agrícolas tal percentual alcançou 2,9%. Mais de 2/3 das que não tinham carteira assinada estavam na classe de rendimento mensal até 2 pisos salariais. Dos jovens trabalhadores de 10 a 17 anos, somente 5% contavam com proteção trabalhista, assim como 14% dos trabalhadores com mais de 65 anos.

Essas informações servem para caracterizar as razões da baixa produtividade da mão-de-obra e as adversas con-

dições sociais que marcam o mercado de trabalho do Ceará e, de modo geral, do Nordeste.

As pesquisas domiciliares do IBGE também fornecem elementos que servem de indicadores de subemprego e sub-remuneração. As limitadas formas de seguro social, associadas à baixa capacidade de absorção da mão-de-obra em face da grande oferta, obrigam parte da população a buscar ocupações de baixa produtividade e remuneração. No Ceará, e em economias insuficientemente desenvolvidas, este fenômeno é estrutural, tornando-se necessário considerá-lo para uma melhor compreensão da questão ocupacional. Assim, enquanto as taxas de desemprego aberto no Ceará sejam baixas por motivo conceitual, constata-se que a subutilização da força de trabalho é um fenômeno dramático. Nesse sentido, no entanto, nos limitaremos a observar apenas as informações possíveis das estatísticas do PNAD.

Não se pode obscurecer que o problema do emprego no Ceará transcende a questão pura e simples da existência ou não de oportunidades de trabalho. O aspecto notório de levar em conta são as precárias condições de trabalho, a instabilidade do emprego e de renda decorrentes das periódicas crises climáticas do Estado, além de baixa remuneração e acesso aos benefícios sociais já comentados anteriormente.

Com relação aos indicadores apenas de subutilização da força de trabalho, além da condição de desemprego

aberto já analisado nos países subdesenvolvidos, Chiag Hsieh sugere, entre outros, os seguintes critérios: 1) subemprego visível e 2) subemprego disfarçado.<sup>7</sup>

Em resumo, o subemprego visível ocorre quando o montante real de tempo dedicado ao trabalho é menor do que a capacidade de trabalho. No caso do Nordeste, este limite corresponde a 39 horas de trabalho semanal. O subemprego disfarçado, ou como chamam outros, o subemprego invisível, manifesta-se quando trabalhadores empregam seu tempo integral de trabalho, mas recebem uma baixa remuneração, geralmente admitida como um salário mínimo no caso do Brasil. Outro conceito que pode ser utilizado é quanto às situações em que as pessoas ocupadas trabalham menos de 39 horas semanais e recebem menos de um salário mínimo, ou seja, a associação da subutilização da mão-de-obra com a sub-remuneração (subemprego real).

Neste último caso, estavam classificados 18% da população ocupada do Ceará em 1988 (437 mil pessoas). Quanto ao subemprego visível, foi estimado em 29% (695 mil pessoas). No caso do subemprego disfarçado, a percentagem alcançou 56% (1.344 mil pessoas).

Vale ressaltar, entretanto, que 67% das 153 mil pessoas que ocupavam funções técnicas, científicas e artística, estavam no grupo de até 39 horas semanais. Já nas atividades agropecuárias, esta proporção caiu para somente 20% e na

---

<sup>7</sup> Underemployment in Ásia. International Labour Review. LXVIII. London, 1952.

indústria de transformação decresceu para 29%. Quanto ao sexo, 54% do total das mulheres estão na categoria de subemprego real, contra apenas 16% dos homens.

Finalmente, é oportuno registrar que, do total das pessoas ocupadas e não-remuneradas, 51% dedicavam ao trabalho menos de 39 horas semanais. Enquanto 34% dos empregadores estavam neste grupo, os empregados representavam apenas 19%. Em resumo, pode-se concluir que a maior concentração de subutilização da mão-de-obra do Ceará se encontra nos grupos de pessoas que trabalhavam sem remuneração, na categoria das mulheres, e na agropecuária de natureza estacional.



## AVALIAÇÃO DA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DÉCADA DE 80

O conceito de desenvolvimento econômico tem sido empregado com diversos significados. O desenvolvimento começou a ser definido como um processo de evolução de um sistema social de produção, resultante da acumulação do progresso tecnológico e do aumento da produtividade.

Outra forma de ver o desenvolvimento é quanto ao grau em que são satisfeitas as necessidades humanas. Cada vez mais, entretanto, os economistas vêm-se conscientizando de que o desenvolvimento econômico é fundamentalmente um processo de transformações estruturais de ordem econômica, política e social e que resulte na diminuição da pobreza e na satisfação das necessidades essenciais básicas da maioria da população. Na verdade, François Perroux, sintetizando seu pensamento sobre o assunto, define o desenvolvimento econômico como um processo de transformação cultural e social.

Nesse sentido, as novas estratégias de desenvolvimento econômico voltadas para a obtenção de um estilo mais equilibrado da distribuição da renda dão uma grande ênfase à educação. Este enfoque é baseado na concepção

de que a educação das massas constitui uma necessidade tanto econômica como social.<sup>8</sup>

Em vista disso, o incremento dos serviços educativos tem-se tornado um objetivo desejável pela maioria dos países insuficientemente desenvolvidos, especialmente a educação elementar.

A educação, naturalmente, não deve restringir-se apenas às escolas como estratégia para melhoria dos recursos humanos. O homem, de fato, adquire conhecimentos, habilidades e adestramento não só na escola, mas também em atividades práticas.

O importante é que a função básica da educação seja preparar a geração jovem para a vida e o trabalho na sociedade. Deste ponto de vista, a função da educação é proporcionar instrumentos importantes para fins produtivos. O sistema educativo, além disso, desempenha um papel importante no esforço para obter uma maior justiça social e proporcionar maiores oportunidades de trabalho para diferentes estratos sociais.

Em resumo, os sistemas educativos e de formação e capacitação devem preparar a população para se tornarem trabalhadores mais produtivos, capazes de desempenharem eficientemente sua função de cidadãos. No entanto, os indivíduos devem ser vistos não apenas como um instrumento, mas como um fim do desenvolvimento.

---

<sup>8</sup> CHENERY, Hollis *et alii*. *Redistribution with Growth*. London: Oxford University Press, 1974.

O problema da educação, conseqüentemente, deve conciliar os objetivos de longo prazo de gerar pessoas educadas com os objetivos mais imediatos de atenderem as necessidades de mão-de-obra treinadas para o processo produtivo. Estes objetivos, naturalmente, devem ser mutuamente reforçados pois a educação deve responder às necessidades de formação equilibrada do ser humano.

## **Principais Modalidades de Ensino**

A educação pré-escolar é ministrada a menores de 7 anos em jardins de infância, escolas maternais e outras instituições semelhantes.

A preocupação governamental com a educação pré-escolar é relativamente recente, apesar de os estudos psicológicos e da pedagogia reconhecerem a validade da iniciação escolar antes dos 7 anos de idade. A educação pré-escolar exerce também grande importância no êxito do ensino do 1º grau. Neste particular, a educação desse nível tem sido orientada no sentido de estimular o desenvolvimento social, físico, afetivo e psicomotor da criança.

O ensino do 1º grau é destinado aos alunos dos 7 aos 14 anos. O objetivo principal desse nível é a universalização do ensino nessa faixa etária, razão porque é obrigatório e gratuito, segundo a Constituição. Compreende 8 séries.

O ensino do 2º grau destina-se a proporcionar habilitação profissional em nível médio à faixa de 15 a 18 anos

de idade. É constituído de 3 ou 4 séries, equivalente ao antigo ensino médio de 2º ciclo. Integram também esse conjunto a rede de escolas técnicas federais, as escolas normais, os colégios agrícolas e os centros de educação tecnológica.

As diretrizes e bases do ensino do 1º e 2º graus estão regulamentadas pela Lei nº 5.692, de 1º de agosto de 1971.

O ensino do 3º grau ou de graduação refere-se à formação de nível superior em universidades ou estabelecimentos isolados. As instituições de ensino superior são centros captadores e disseminadores de conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos.

A organização do ensino no Brasil abrange também o Ensino Supletivo e o Especial.

A modalidade de Ensino Supletivo tem por finalidade oferecer escolarização para adolescentes e adultos que não conseguiram terminar seus cursos na idade apropriada. O propósito desta modalidade é ensinar a ler, escrever, contar e oferecer uma formação profissional, bem como o estudo de disciplinas do ensino regular e atualização de conhecimentos.

A Educação Especial tem o intuito de integrar o excepcional nos processos regulares de ensino e no mercado de trabalho.

## Situação Geral do Analfabetismo e da Escolarização

A taxa de alfabetização é um índice geralmente utilizado para aferir parcialmente como se processou o atendimento escolar primário em épocas passadas.

Não há consenso geral sobre a definição do nível de escolaridade e a abrangência das faixas etárias para medir esse aspecto da educação.

Adotando inicialmente o critério mais geral de inclusão das pessoas de 5 anos e mais, observa-se que a proporção de analfabetos do Ceará vem declinando constantemente ao longo dos últimos 30 anos. Enquanto, em 1960, existiam no Estado 67% de pessoas na referida faixa etária, sem alfabetização, nos anos de 1970 e 1980 essa percentagem declinou para 62 e 52%, respectivamente, segundo dados dos recenseamentos. Pelas Pesquisas de Amostragem de Domicílios (PNAD), tal índice caiu, em 1988, para 44%. Em termos absolutos, aponta o PNAD uma população de 2.400 mil pessoas de 5 anos e mais, em 1988, na categoria de não-alfabetizados, das quais 55% se encontravam no quadro rural. Vale assinalar que aproximadamente 20% dos analfabetos tinham mais de 50 anos de idade.

A variação da população alfabetizada de 5 anos e mais do Ceará, entre 1970/1980, foi de 768,7 mil pessoas, ou 56% no período. Em comparação com o Nordeste, Sudeste

e o Brasil, o Ceará apresentou melhor desempenho nesse particular. Mesmo em situação semelhante à do Nordeste, em termos de taxa de alfabetização (48%), o Estado encontrava-se bem aquém da posição do Brasil, com 68%, e do Sudeste, com 79%, em 1980.

Pode-se também analisar a situação do nível de instrução, considerando-se a população de 10 anos e mais, aquela admitida como a da força de trabalho. Neste caso, os dados do PNAD para 1988 consideram no mesmo grupo as pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de escolaridade. Segundo este procedimento, existiam no Ceará 1.778,4 mil pessoas nessa categoria (39%). Na classe de 1 a 3 anos de estudos estavam 27%, enquanto com 4 a 7 anos se encontravam 21%. Finalmente, as pessoas com 8 anos e mais de estudo atingiam 11%, cabendo a percentagem restante aos com anos de estudo não determinados. Mais de 90% das pessoas com nível mais elevado (8 anos e mais de instrução) estavam residindo no quadro urbano.

Assinale-se também no Ceará que os níveis de instrução guardam relação com o tamanho do município. Na região metropolitana de Fortaleza, por exemplo, existiam apenas 24% de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo. Nos municípios com mais de 100 mil habitantes esta proporção era de 54% e nos municípios com mais de 50 mil a 100 mil habitantes abrangia 59%. Nos casos dos municípios com até 50.000 habitantes, tal percentagem chegou a alcançar 62% de pessoas sem instrução. Relação

inversa ocorre com as pessoas com quantidade maior de anos de estudo.

Para efeito de comparação dos indicadores de educação, convém informar que a taxa de analfabetismo do Nordeste foi de 36,3%, a do Sudeste/Sul, 11% e a do Brasil atingiu 18,5%.

No tocante, ainda, ao nível de instrução das pessoas com 10 ou mais anos de idade em 1988, cabe assinalar que, no Ceará, 48% contavam com o 1º grau incompleto (1 a 7 anos de estudo), 50% no Nordeste e 64% no Sul onde se achava a mais elevada percentagem do País. Com o 1º grau completo (8 anos de estudo ou mais), o Ceará possuía 13,2% no grupo etário comentado, em comparação com 14,8% do Nordeste e 29% do Sudeste. No Ceará, mais de 90% das pessoas com o 1º grau completo estão na zona urbana.

A fim de visualizar a situação do ensino do Estado do Ceará serão apresentadas informações do PNAD sobre o número de estudantes de 5 anos e mais, segundo o grau e série que frequentavam em 1988. No início desse ano, estavam matriculadas no Ceará 1.588,3 mil pessoas, das quais 64% moravam em zonas urbanas. As matrículas do ensino pré-escolar correspondiam a 21,2% de todos os estudantes de mais de 5 anos, o 1º grau concentrava 70,6%, o 2º grau 5,9% e o ensino universitário (3º grau), inclusive pós-graduação, 2,3%

Utilizando dados do Censo Demográfico, é possível averiguar a situação do acesso à escola no Ceará. De fato,

apenas 15,6% da população de 7 anos frequentava a 1ª série no total da série em 1980. No Nordeste, esta proporção era de 19,5%, no Sudeste 42,8%, com uma média para o Brasil de 30,5%. Outra maneira de situar o problema da educação é através da taxa de escolarização.

Em 1980, a participação de alunos de 7 a 14 anos no 1º grau era de 48% no Ceará, um pouco superior à do Nordeste mas bem abaixo do Sudeste que alcançava 79,4%. Comparativamente a 1970, o Ceará aumentou essa relação na década, enquanto ocorreu uma redução no Nordeste. O progresso na escola, além disso, é um dos grandes problemas do processo educacional do Ceará.

Apenas como exemplificação, basta mencionar que a participação de alunos da 2ª série, em 1980, no total de alunos na 1ª série, em 1979, foi de somente 26%. Ou seja, a evasão e reprovação entre a 1ª e a 2ª séries motivaram uma redução de 74% na matrícula do segundo ano do 1º grau. Esta situação foi um pouco melhor no Nordeste (30,5%) e no Sudeste (57%), mesmo assim mostrou-se ainda preocupante.

Vale destacar, entretanto, que o nível de terminabilidade no ensino do 1º grau do Ceará é um dos melhores do Nordeste. De fato, a proporção entre alunos matriculados na 1ª série, em 1977, e os que concluíram a 8ª série, em 1984, foi de 16,3% e apenas 8,8% no Nordeste. No Sudeste, porém, esta relação alcançou 24,4%.

## Ensino Pré-Escolar

A Constituição Brasileira (artigo 208) prescreve como dever do Estado o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Por seu turno, o artigo 211 define que “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escola” ou em regime de colaboração dos seus sistemas de ensino com a União e os estados.

O ensino pré-escolar desempenha uma influência relevante na preparação da criança para a fase do ensino do 1º grau. A Secretaria de Educação relata, no entanto, que mesmo com a implantação dos programas municipais de ensino pré-escolar com a ajuda do Estado, ainda subsistem grandes limitações quanto ao professor especializado, condições físicas inadequadas e falhas na integração da educação pré-escolar e o ensino do 1º grau.

Em 1987, cada docente do pré-escolar era suficiente para atender, em média, 26-27 alunos. Esta relação de professor/alunos já em 1986 era de 15 nas escolas urbanas e 11 nas escolas rurais. Com o elevado aumento de 106% nas matrículas e uma expansão de apenas 5,8% de docentes entre 1986-87, resultou em melhor equilíbrio nesta relação.

Os docentes representavam 2.815 profissionais, em 1987. Cerca de 97% desses lecionavam em escolas urbanas.

## Alfabetização

De acordo com a Secretaria de Educação, os dados sobre alfabetização para 1980 estão agregados aos do ensino do 1º grau. As informações para 1986 estão isentas desse problema e revelam que a matrícula total nessa categoria de ensino alcançou 85.570, das quais 64% eram pertinentes à zona rural. Este número, mais do que triplicou nos dois anos seguintes, pois, em 1988, já era de 344 mil estudantes, com acréscimos de 176 mil somente no quadro rural.

Saliente-se que de 1986-88 ocorreu um grande afluxo às classes de alfabetização de pessoas com mais de 6 anos. Em 1986 todos os matriculados nas escolas de alfabetização eram praticamente de pessoas que estavam no limite de 6 anos. Em 1988 este segmento representava tão-somente 24%. Mesmo assim, a escolarização das crianças de 6 anos foi de 57%, em 1988, em comparação com 37%, em 1986.

Com relação à dependência administrativa, cabe aos municípios a maior responsabilidade por esse tipo de ensino, com 82% das matrículas totais em 1988 e a quase totalidade dos 230 mil estudantes das escolas rurais. Em comparação com 1986, os municípios aumentaram a sua participação na manutenção do ensino de alfabetização, com grande redução do ensino privado que chegara a representar 24% em 1986, caindo apenas para 9%. O Estado mais do que duplicou sua participação entre 1986-88, mas representou

somente 8,5% no último ano em estudo. A contribuição direta da União, neste particular, é insignificante.

Com 80% do corpo docente lecionando no quadro rural, o Ceará contava com 18 mil profissionais no ensino de alfabetização em 1987, com 18 escolares por professor. No ano anterior, esta relação era de 4 alunos no quadro rural e 8 nas escolas urbanas. Esta mudança de alunos/professor decorreu de um aumento de 306% nas matrículas e 1,8% no corpo docente entre 1986-87.

## O Ensino do Primeiro Grau

O objetivo principal desse grau de educação é a universalização do ensino na faixa etária de 7 aos 14 anos. A Lei 5.692, de 1971, estabelece a obrigatoriedade do ensino do 1º grau, com a duração de 8 anos letivos.

Nos 15.452 estabelecimentos do 1º grau existentes em 1988 no Estado do Ceará estavam matriculados 923 mil estudantes, um pouco inferior ao registrado em 1986. Na matrícula inicial total de 1980 foram incluídos os dados de alfabetização, razão por que não foi possível utilizar este ano como base de comparação. Utilizando os dados de 1988, verifica-se que 70% dos estudantes eram da zona urbana.

Outro resultado da escolarização pode-se observar pela participação da população urbana de 15 a 19 anos com o 1º grau completo na população urbana com 15 a 19 anos, segundo os dados da Fundação IBGE. Neste caso, a

percentagem do Ceará foi, em 1980, de 16%, 17% no Nordeste e 25% no Brasil.

Em decorrência da redução absoluta das matrículas e do crescimento da clientela específica na faixa de 7 a 14 anos, ocorreu uma redução na taxa de escolarização entre 1986-88, tanto no quadro rural. Em média, o declínio foi de 55 para 51%. A percentagem nessa faixa etária correspondeu praticamente à mesma nos dois anos analisados, isto é, 72%. A matrícula fora da idade adequada montou a 241 mil em 1988, com a maior proporção desse contingente na zona urbana.

Quanto à dependência administrativa, os municípios foram responsáveis, em média, por 41% das matrículas nesta categoria de ensino e o Estado em cerca de 40%, cabendo às escolas privadas a parcela restante. A União praticamente não participou dessa modalidade de ensino no Ceará. No caso da zona urbana, no entanto, o Estado e as instituições particulares respondem, em conjunto, por mais de 80% das matrículas, enquanto na zona rural somente os municípios são responsáveis por 94% das matrículas, seguidas pelo Estado com praticamente o restante.

De modo geral, pode-se dizer que, entre 1986-88, as principais alterações na estrutura do ensino do 1º grau, por dependência administrativa, foram as reduções nas contribuições dos municípios e do setor privado, enquanto ocorria o crescimento relativo do Estado no montante das matrículas desse nível de educação.

A produtividade escolar é determinada pela combinação das taxas de evasão, aprovação e repetência. Segundo a dependência administrativa, a taxa de evasão em 1986, ocorreu nas escolas municipais 16%, contra 13 e 10% nas escolas do Estado e particulares, respectivamente. No quadro urbano, a tendência é a mesma para as escolas municipais, mas no quadro rural o destaque é a mesma para as escolas municipais, mas no quadro rural o destaque foi para a escolas privadas.

A maior taxa de aprovação ocorre na escola particular, seguida da federal. A taxa de repetência é mais significativa nas escolas municipais, com destaque para a alta cifra das escolas particulares do quadro rural (35%).

As escolas do 1º grau contavam em 1987, com 48.171 docentes, com cerca de 60% nas escolas urbanas. Para cada professor estavam matriculados 22 estudantes no quadro rural e 16 nas escolas rurais.

## **A Educação de Segundo Grau**

O ensino do 2º grau tem como preocupação maior o princípio da terminalidade, mesmo que as tentativas e profissionalização nesse grau tenham apresentado insuficientes resultados. A educação de segundo grau também assegura a continuidade para os que terminam o 1º grau e oferece a perspectiva de preparação dos futuros profissionais de nível superior. Daí a dupla função da educação do

2º grau de continuidade e de atendimento da carência de profissionais de nível médio em muitos setores de atividade do Estado.

Em 1988 estavam matriculados nos 266 estabelecimentos de ensino do 2º grau do Estado do Ceará 103.130 pessoas, das quais apenas 726 se referiam a estudantes de escolas situadas no quadro rural.

A taxa média de crescimento das matrículas entre 1980-88 foi somente de 27%. No quadro rural ocorreu uma redução de 45% de alunos.

Merece destaque a baixa taxa de escolarização do ensino do 2º grau no Ceará. Na verdade, em 1988, residiam no Estado 684 mil pessoas na faixa de 15 a 19 anos. Destas, apenas 2,3% estavam matriculadas em escolas do segundo grau. Em outras palavras, o déficit real de escolarização do 2º grau foi de 97,7%. Outro dado não pode ser esquecido: esta situação piorou entre 1980 e 1988 tanto no quadro urbano como no rural, onde praticamente não existe ensino do 2º grau a não ser nas escolas agrícolas federais.

Convém, todavia, esclarecer que do total das pessoas matriculadas no 2º grau apenas 57% mais ou menos estavam na faixa de 15 a 19 anos.

A distribuição das matrículas, segundo as séries, indica uma concentração na 1ª série, com cerca de 42% nos dois períodos analisados, declinando sucessivamente para 5% na última série (4ª série), numa clara indicação da elevada taxa

de reprovação e evasão escolar do 2º grau. A Secretaria de Educação do Ceará estimou que entre 1982-84 ocorreu uma perda escolar de 42% neste grau de educação.

De acordo com os dados da Fundação IBGE (Anuário Estatístico do Brasil – 1989), das pessoas matriculadas no início do ano, nas diversas séries, apenas 68% permaneceram até o final do ano.

Quanto à dependência administrativa, coube ao Estado e ao setor privado as maiores participações nas matrículas do 2º grau, em 1988, ou seja, 50 e 40%, respectivamente. No quadro rural, porém, não é o Estado e o Governo Federal que respondem em proporções semelhantes por toda a matrícula desse nível de ensino.

As principais alterações ocorridas neste particular, entre 1980-88, foram a redução da participação do setor privado e a elevação da contribuição do Estado na quantidade de matrículas dos alunos deste nível de ensino.

O corpo docente do 2ª grau é constituído de 5.194 professores e lecionam quase exclusivamente em escolas urbanas. Apenas 65 professores estavam ligados aos colégios agrícolas federais. Em relação a 1980, verificou-se um aumento de 12% no número de professores, apesar do decréscimo de 36% ocorrido de 1986 para 1988.

Do total dos professores do 2º grau, 81,2% contavam com graduação superior, dos quais 90% com licenciatura, em 1988. Os professores com apenas o 2º grau correspondiam a 18% tanto em 1988 como em 1980, apesar destes

possuírem em 1988 mais formação pedagógica do que os do início da década.

## Ensino Superior

As instituições de ensino superior, na qualidade de centros de elaboração, desenvolvimento e transformação de conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos, constituem uma modalidade de educação de particular interesse na formação de recursos humanos.

Nesse plano da educação universitária, o Estado do Ceará conta, atualmente, com 11 instituições, das quais 5 são universidades e 6 estabelecimentos isolados do 3º grau. A Universidade Federal do Ceará e a Universidade de Fortaleza (particular) têm os seus *campi* na cidade de Fortaleza. A Universidade Estadual do Ceará (UECE) está sediada em Fortaleza, com cursos isolados no interior do Estado. As outras duas universidades são: Universidade Regional do Cariri, com estabelecimentos nas cidades do Crato e Juazeiro do Norte, e a Universidade Regional do Vale do Acaraú, com sede na cidade de Sobral.

Os dados disponíveis para 1988 registraram uma matrícula de 40.854 estudantes, dos quais 94% nas quatro universidades existentes então. Ocorreram, neste mesmo ano, 5.782 conclusões.

A procura e a oferta no ensino superior do Ceará podem ser avaliadas pela relação de candidatos inscritos nos

vestibulares e as vagas oferecidas. Em 1988, concorreram a 8.735 vagas, nas referidas instituições de ensino de graduação, nada menos de 57.181 candidatos. O atendimento por este critério foi de 15,7% da demanda potencial.

Vale assinalar que, entre 1970 e 1980, as matrículas no ensino superior no Ceará aumentaram de 284%, taxa maior do que a do Nordeste, Sudeste e Brasil. Considerando a matrícula total nos três graus, o ensino superior passou de 1,9% em 1970 para 3,5% em 1980, segundo as informações censitárias. Semelhante proporção no Nordeste foi de 3,0% e, no Brasil, 5,3%. No Sudeste prevaleceu a maior participação das matrículas de ensino superior (6,9%) no total dos estudantes dos três níveis referidos.

O índice virtual de escolarização no ensino superior do Ceará foi de 13,2% em 1988, admitindo-se como população escolarizável, para essa finalidade, 537,5 mil pessoas na faixa etária de 20-24 anos, conforme critérios do Banco Mundial para esse propósito.

De acordo com o World Development Report de 1989 (Banco Mundial), nos países de renda baixa (cerca de US\$ 300 *per capita*) tal índice foi de 3% em 1986. Nos países de renda média (entre US\$ 1.200-1.800 *per capita*) o número de matrículas em escolas superiores como percentual de grupo etário atingiu 17-18% no ano referido, subindo para 39% nas economias de alta renda (mais ou menos US\$ 14.000 *per capita*). Esta relação chegou a alcançar 59% nos Estados Unidos.

Finalmente, convém realçar que o corpo docente dedicado ao ensino superior do Ceará era constituído de 3.239 professores; 96% destes pertenciam às universidades.

**TERCEIRA PARTE**

**RESUMO HISTÓRICO  
DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO  
DO CEARÁ  
(1986 – 2006)**



## LINHAS GERAIS

**H**á cerca de duas décadas os políticos e economistas faziam previsão de que até o final do século XX não haveria mais analfabetos no Ceará. Devo confessar que me encontrava dentre os otimistas pensadores sobre as favoráveis perspectivas do desenvolvimento econômico do Nordeste. No caso cearense, a crença era de que o acesso ao ensino básico seria universalizado e as condições educacionais de modo geral estariam de acordo com as necessidades da sociedade.

Essa visão futurista, olhada da década de 80, parecia-me bastante realista. O acelerado crescimento da economia brasileira nos anos 70 criou uma positiva atmosfera de progresso continuado e condições favoráveis em muitos estados da federação. Uma nova geração de políticos empreendedores estava assumindo o comando do setor público do Ceará, revelando propósitos de lutar pela moralidade administrativa e o cumprimento de metas sociais para a redução da generalizada incidência de pobreza, especialmente no campo.

A meu ver, a ênfase em educação nos planos de governo daquela época era quase inevitável. Ela estava en-

raizada na vida social e não poderia mesmo ser concebida separadamente da questão desenvolvimentista dominante então. Havia também um amplo consenso entre os cientistas sociais sobre a relação causal entre pobreza e educação. Dessa maneira, as atitudes altruístas em relação à educação eram generalizadas.

Quando trabalhava na elaboração deste livro, perguntei a algumas pessoas comprometidas com essas ideias, por que as metas preconizadas para a educação naquela ocasião não foram cumpridas plenamente como estavam previstas? Foram muitas as justificativas presumidas pelos entrevistados. Para entender as respostas oferecidas, é necessário lembrar que o Ceará é um estado pobre e que em meados da década de 1980 apresentava um diagnóstico com muitas carências em praticamente todos os setores. Parecia que tudo estava para ser feito, a despeito do empenho das administrações anteriores em superar tais problemas. Desde o ordenamento das finanças públicas, modernização da agricultura e reforma administrativa do estado. Além disso, nessa época, havia pressões consideráveis em favor da construção de infraestruturas básicas como estradas, abastecimento de água, saneamento e urgentes iniciativas no campo da saúde.

Não é suficiente dizer que todas essas iniciativas acabam alcançando a população pobre e excluída, embora por diferentes caminhos. De fato, o modo como a sociedade se beneficia do desenvolvimento é variado, mas sem uma

base educacional adequada é difícil obter-se um desenvolvimento sustentável e integral.

A redução da pobreza em um estado com alto grau de desigualdade econômica como o Ceará não é apenas um problema de crescimento, mas se trata de uma questão de boa “governança” e justiça social. Um programa para enfrentar esse desafio carece de um “approach” que conte com a solidariedade e a participação de muitos atores. A maior parte da discussão sobre esse assunto tende a destacar que dificilmente a solução desses problemas seja alcançada sem uma ampla e sólida base educacional.

Historicamente, é consensual o desejo coletivo de o Ceará obter padrões de educação para toda a população no contexto de um desenvolvimento econômico equilibrado. Este capítulo tem o objetivo de fazer um resumo das principais ideias e políticas para a educação cearense nos últimos vinte anos.



## PLANO DE EDUCAÇÃO — 1987-1990

**D**urante muitos anos, estive observando e vivenciando as experiências educacionais do Nordeste como economista do Escritório Técnico e Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), do Banco do Nordeste do Brasil. Como professor de teoria do desenvolvimento econômico da Universidade Federal do Ceará, motivava os meus alunos para o estudo das questões atinentes aos recursos humanos. Sempre considerei a educação como estratégica no contexto dos modelos que explicam o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Um dos exemplos notáveis da contribuição da educação para o progresso econômico é o Japão. A literatura sobre o assunto narra que a economia japonesa, imediatamente após a II Guerra Mundial, estava arrasada e com a sua capacidade produtiva reduzida pelas consequências da destruição desse conflito bélico. Todavia, ela recuperou-se ao nível pré-guerra com apoio no grande esforço do povo e dos investimentos proporcionados em forma de ajuda pelos Estados Unidos.

Com base em uma revolução tecnológica, a economia japonesa realizou uma expansão não só quantitativa, mas um rápido progresso de modernização de todos os aspectos

da estrutura econômica do país. Nos dez anos de 1955-65, o Produto Interno Bruto passou a crescer a 10% ao ano. Na mesma época, o crescimento da Itália foi de 5,2%, a França 3,1% e, com taxas similares, estavam os Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Fato notório a destacar é que a modernização da educação escolar no Japão começou em 1872, com a educação compulsória de 9 anos. A taxa de analfabetismo foi reduzida no início do século XX para 2%. A taxa de educação secundária era de 9,6 pessoas por 1.000, no mesmo patamar da França e Bélgica que eram referência neste particular.

Na década de 70, estive em missão de estudo do BNB no Japão e pude aferir com detalhes o impacto que a educação tinha produzido na sociedade e no processo produtivo desta exemplar nação. Foi, no entanto, como Pró-reitor de Planejamento da UFC, nos períodos de 1984-88 e 1992-95, que tive muito envolvimento com os problemas do ensino universitário e do ensino de 2º grau. Como um dos gestores dessa Universidade, tínhamos muitas preocupações com a qualidade dos níveis de aprendizagem dos jovens que ingressavam na Universidade.

Outro momento de meu envolvimento com problemas educacionais do Ceará foi na oportunidade da preparação do Plano do Governo das Mudanças em 1986. Nesta ocasião, participei de seminários e debates para definir as políticas para a educação do Estado para o período do novo governo

(1987-90). Na verdade, a minha maior participação nessa ocasião foi mais diretamente no tocante ao desenvolvimento da agricultura, uma vez que tinha sido indicado pelo BNB para colaborar com essa finalidade, e na ocasião era chefe da Divisão de Estudos Agrícolas do referido banco. Dois outros colegas meus trabalharam também com esse objetivo de apoiar o governo do Estado na elaboração do novo Plano de Governo.

No tocante aos recursos humanos, uma competente equipe de educadores concebeu uma avançada proposta para implantar novas diretrizes e orientações para a melhoria da qualidade da educação do Ceará, desde o nível de alfabetização até o ensino universitário.

A seguir é apresentada uma síntese dos aspectos mais relevantes do Plano Educacional referido. Assim, podem-se confrontar as intenções do governo e os resultados efetivamente alcançados nas duas últimas décadas.

## **Diagnóstico**

Naquela ocasião (1986) os estudos mostraram que o sistema educacional do Ceará não tinha desenvolvido satisfatoriamente a sua função. Isto segundo a apreciação unânime das pessoas ouvidas nas reuniões e consultas à equipe encarregada pela preparação do novo Plano de Educação. Este é um dos fatores que motivaram a perda de credibilidade da escola pública junto à comunidade.

Os fatores apontados para essa situação foram a falta de uma política para o setor e decisões centralizadas na Secretaria de Educação, sem levar em conta as peculiaridades locais. Essa condição era ao nível de cada grau, modalidade de ensino, e contextos urbano e rural. A começar pelo ensino pré-escolar que em 1986, de acordo com os dados oficiais, atendia a apenas 17% das crianças na faixa de 1 a 6 anos. Neste caso o déficit era de 61%. Das 207 mil crianças atendidas pela pré-escola nesse ano, 49% eram supridas pela rede municipal, 27% pelo Estado e menos de 1% pela rede Federal.

Os entraves que dificultavam um melhor cumprimento do papel do ensino estavam associados ao limitado número de pessoas qualificadas, pouca assistência pedagógica dos professores e deficientes espaços físicos. A falta de integração entre instituições de pré-escola e ensino de 1º grau na área pedagógica prejudicou a continuidade do processo de desenvolvimento da criança.

O acentuado déficit escolar era um dos mais graves desafios para os novos governantes de então. Na faixa etária obrigatória de 7 a 14 anos, o déficit era de 41%. O total matriculado no 1º grau em 1986 era de 1,3 milhões de estudantes, dos quais 54% residentes na zona urbana. Nesta área, a rede estadual atendia 50% dos estudantes, mas no quadro rural praticamente todo o ensino era de responsabilidade municipal. O resultado dessa distribuição territorial prejudicava a educação rural, que ficou muito aquém das escolas das cidades.

A iniciativa da Secretária de Educação em comprar vagas ociosas no ensino privado não beneficiou o público meta que era os estudantes mais necessitados. A tentativa de interiorização do ensino do 1º grau pelo sistema de tele-ensino não prosperou por falta de apoio à TVE que ficou limitada em sua ação.

A produtividade escolar foi muito afetada por esses fatores e muitos outros relacionados ao próprio contexto de um Estado pobre e sujeito às deficiências administrativas e condições de desemprego e crises climáticas que provocam processos migratórios desorganizadores do sistema social. Reflexo dessa realidade é que das crianças matriculadas na 1ª série desse grau de ensino somente 16% chegam à 4ª série. Ao final do curso restavam apenas 6% dos que se matricularam.

A deficiente qualidade do corpo docente era, no entanto, o fator mais grave. No meio urbano, apenas 21% dos professores possuíam qualificação pedagógica ou nível de 3º grau. Na zona rural, essa relação caía para 6%, mas 83% atingiram apenas o 1º grau incompleto. O agravante da situação dos estudantes de famílias de agricultores era que, em muitos casos, as aulas eram ministradas na casa da professora, com classes multiseriadas. Nestes casos, faltava a assistência administrativa e pedagógica.

Ao descrever essa situação do ensino no Ceará é bom saber-se que essas condições eram comuns aos demais Estados do Nordeste. A história sobre o 2º grau

da década de 80, no entanto, não é muito diferente do narrado aqui.

A população da faixa etária de 15 a 19 anos era em 1986 de 768 mil pessoas das quais apenas 3% estavam matriculados. Ao mesmo tempo, as escolas de 2° grau estaduais funcionavam de modo ocioso em 50%. Era uma rejeição da escola pública pela má qualidade do ensino oferecido por essas escolas. A rede particular nas cidades detinha a maioria das matrículas. Era um processo regressivo, onde os mais pobres ou não tinham acesso à escola ou frequentavam um ensino ruim. Em todo o Estado existiam quatro escolas agrícolas com problemas administrativos e pedagógicos.

A educação de alunos de 15 anos ou mais se destina ao atendimento da população que não teve acesso à escola ou que se desligou por reprovação ou abandono prematuro. A Fundação Educar e a Secretaria de Educação eram as responsáveis por esse segmento.

A situação do ensino nesse particular era assustadora. Enquanto a população analfabeta era de um milhão e quinhentas mil pessoas, menos de 4% estavam matriculados. Relatório elaborado na época concluiu: “Se as matrículas são inexpressivas ainda mais inexpressivos são os índices de aprovação, que eram em média de apenas 30%. No quadro rural, a predominância era de professores leigos e 67% contavam com formação de 1° grau incompleto. Por sua vez, o ensino supletivo estava marcado por dificuldades

operacionais e pessoal docente com pouca qualificação. Prevalencia mais a boa vontade de alguns que, entretanto, esbarrava na burocracia e na falta de recursos.

Finalmente, o ensino superior era realizado por cinco Universidades. A Universidade Federal do Ceará, uma particular localizada em Fortaleza (UNIFOR) e três estaduais localizadas em Fortaleza (UECE), Sobral e Cariri (Crato). Essas Universidades foram fundamentais para a formação de recursos humanos em praticamente todas as áreas necessárias a uma economia em processo de desenvolvimento.

O núcleo de professores com pós-graduação (mestrado e doutorado) estava em processo crescente, os quais estavam conduzindo pesquisas em diversos campos. Estudo a que tive acesso sobre o assunto nessa ocasião registrava que as Universidades cearenses formavam profissionais e desenvolviam pesquisas sem integração à política de desenvolvimento do Estado, sendo dissociada, inclusive, do ensino nos demais graus.

## **Objetivos e Diretrizes**

O anunciado da política educacional do Estado, formulada no Plano de Mudanças, era bem focado. A política de educação do governo do Estado tinha como premissa maior a oferta de educação básica a toda a comunidade escolarizável, somando nesse trabalho “para o exercício da cidadania”.

Um dos alvos perseguidos no âmbito geral era recuperar a credibilidade e assegurar a democratização do ensino público junto à população. O governo se propunha a executar uma política de capacitação intensiva de recursos humanos que fosse capaz de oferecer padrões mais eficientes de desempenho pedagógico, técnico e administrativo em todos os níveis do sistema educacional.

Consta do Plano em referência metas específicas, dentre as quais destaco: 1) universalizar o ensino de 1º grau na faixa de 7 a 14 anos; 2) redefinir o ensino de 2º grau visando a preparar a população de 15 a 19 anos para atuar como agente eficiente do sistema produtivo; 3) expandir, melhorar e interiorizar as modalidades de educação pré-escolar, educação para adultos, educação especial e ensino superior; 4) redefinir e expandir a assistência do educando para possibilitar maior permanência e melhor rendimento escolar.

Em face dos fatores analisados, o Governo do Estado elaborou uma programação prioritária levando em conta as limitações e dificuldades do sistema de educação. As ações e recursos foram escalonados de modo a viabilizar uma expansão e melhoria do ensino público durante o período de quatro anos, mas também colocando os alicerces para que as iniciativas realizadas pudessem ter continuidade nos anos seguintes.

## **Plano de Capacitação para a População — 1995-1998**

O Plano de Desenvolvimento Sustentável para 1995-1998 define os vários programas objetivando proporcionar a educação para todos. O diagnóstico que foi realizado pela Secretária de Educação do Estado em 1995 foi desanimador. De fato, por muito que o Governo do Estado tenha investido nos últimos anos na área de educação, alguns indicadores educacionais permaneceram praticamente inalterados no Ceará.

Os problemas principais observados nessa ocasião eram quanto ao acesso, permanência e sucesso escolar. Tal situação parece contraditória diante do reconhecimento do governo e da população quanto ao importante papel da educação para o desenvolvimento econômico.

Para contrapor e corrigir tal situação, foi idealizado pelo 2º Governo Tasso Jereissati (1995-98) um novo Programa denominado “Educação de Qualidade”. Esta nova proposta tomou por base novos conceitos estratégicos, um dos quais se denominava “comunidade educativa”.

Foi organizado para esse fim um Conselho escolar constituído de alunos, professores, dirigentes, funcionários e pais de alunos. Este conselho era que definia o projeto pedagógico, explicitando metas em sintonia com a política geral da educação estadual. A gestão escolar era assumida de forma democrática com diretores eleitos por voto direto dos atores envolvidos.

O segundo elo previsto pela estratégia era o princípio que gradativamente iria assumir a responsabilidade pela educação infantil e pelo ensino fundamental da primeira à quarta série. A Região Metropolitana e a zona rural, onde não há equidade educacional, contaram com políticas especiais.

O Estado, conforme o Plano, é o terceiro elo da corrente programática. Cabe a ele a coordenação macro da política educacional estadual, responsabilizando-se pela cooperação técnica e financeira com os municípios. Ao nível executivo, é responsável prioritariamente pelo ensino de 5a a 8a série do ensino fundamental e pelo ensino médio.

O Projeto de Educação de Qualidade teve como seus principais sujeitos o aluno e o professor. A orientação curricular deveria orientar-se pela satisfação das “necessidades básicas de aprendizagem”, conforme os princípios formulados pela Conferência Mundial sobre Educação, realizada em Jontien, na Tailândia (1990):

[...] compreendem tanto os instrumentos essenciais para aprendizagem, quanto os conteúdos básicos da aprendizagem, necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo.

Quanto ao Plano Estadual de Educação, propunha que era necessário atenção para melhoria salarial do magistério,

condições de trabalho e uma política de capacitação dos professores. Para tanto, foram concebidas alternativas de ensino deslocando-se o foco da capacitação para as próprias escolas. Ou seja, as escolas assumiriam novo papel de execução das políticas de qualificação docente. Materiais educativos também deveriam estar disponíveis na escola suficientes para todos os alunos, apoio aos professores, bem como bibliotecas com obras básicas de referência.

Os programas de avaliação deveriam ser ampliados e melhorados. O objetivo era, assim, de tudo fazer para fortalecer as escolas em dificuldades. O compromisso principal desse Plano era o de viabilizar a “Educação para Todos”. Para isso, o objetivo síntese foi anunciado do seguinte modo: “Universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo como compromissos constitucionais prioritários para o Ceará”. A meta era alfabetizar todas as crianças e adolescentes na faixa dos 7 aos 17 anos mediante ações complementares no processo regular de escolarização.

O governo, enfim, reconheceu que seria necessário um grande esforço para elevar os níveis de qualificação da população, em todos os sentidos. Diz, ainda, “Nenhum país logrou desenvolvimento antes que seu povo atingisse elevados níveis educacionais e de saúde”.



## CAPACITAR A POPULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO — 1999-2002

O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará para o quadriênio de 1999-2002 teve como foco Avançar no Crescimento Econômico. Neste contexto, o Plano para a Educação direcionou suas prioridades para a capacitação das populações com vista ao desenvolvimento econômico. Como aconteceu nos planos anteriores, o Governo reafirmou sua convicção de que há uma forte relação entre desenvolvimento e níveis educacionais da população.

Para a elaboração do perfil educacional e melhoria da qualificação profissional da população, foram idealizados vários programas objetivando elevar os indicadores pertinentes. Desse modo, a política para o setor foi fundamentada na manutenção da universalização do ensino fundamental na idade adequada e correção do fluxo escolar na educação básica. Outra meta visava à melhoria da qualidade do sistema de ensino para aumentar as taxas de conclusão e desempenho escolar e a ampliação e melhoria do ensino médio. A exemplo dos planos anteriores, foi revelado o interesse de buscar a redução do analfabetismo de jovens e adultos. O elemento inovador desse Plano, no

entanto, ficou com a preocupação de orientar a educação profissional vinculada ao desenvolvimento sustentável do Estado, que é a finalidade síntese de toda a ação governamental para esse período.

Toda a programação da Secretaria de Educação para o novo período do governo manteve a visão globalizada da fase anterior (1995-1999). Isto é “todos pela educação e educação para todos”.

De modo geral, esses propósitos foram delineados em dois macro objetivos: 1) Elevar o Perfil Educacional da população, e 2) Melhorar a qualificação profissional da População. Essa continuidade da política para a educação tornou-se viável devido à reeleição do Governador Tasso Jereissati para um novo mandato, mantendo o mesmo Secretário de Estado da Educação. As novas metas educacionais, no entanto, levaram em conta os resultados constatados pela evolução dos indicadores obtidos na primeira fase do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará em 1995-98.

Neste particular, podem ser citados, como exemplos das melhorias obtidas, o alcance da universalização do acesso ao ensino fundamental. Segundo dados de fonte oficial, a cobertura de matrículas foi de 97% na faixa de 7 a 14 anos. Outro dado animador foi o crescimento no ensino médio, com acréscimo de 72% na matrícula desse segmento. O desempenho do Ceará foi comparativamente melhor do que os resultados registrados para o Nordeste

e o Brasil. Também foi uma iniciativa inovadora a criação de 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação. As mudanças na gestão educacional com a eleição de diretores das escolas, aumentou a eficiência e melhorou as sistemáticas administrativas. É oportuno registrar que foi nesse quadriênio que ocorreu a aprovação da Lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Do mesmo modo, o segmento educacional passou a ser orientado pela Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), disciplinando o regime de colaboração do Estado com os municípios.

Na avaliação dos desafios a serem enfrentados no novo Plano de Educação Estadual foi constatada a existência de acentuado “déficit” educacional na faixa de 0 a 6 anos.

A entrada tardia na escola gerou ao longo dos anos uma grande distorção idade-série que era preciso ser corrigida de modo emergencial. As taxas de evasão e repetência continuam elevadas, desperdiçando recursos e retardando o fluxo de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Outro indicador preocupante é quanto ao nível de escolaridade da população de quinze anos e mais. Cerca de 50% foram considerados analfabetos funcionais pelos dados da própria Secretária de Educação estadual. Neste caso, são as pessoas com menos de 4 anos de estudo, consideradas essenciais para o desempenho de uma atividade qualificada. Naturalmente que, de acordo com a complexidade e respon-

sabilidade das ocupações, essas exigências vão se elevando até alcançar o nível universitário e de pós-graduação.

A expansão e melhoria da infra-estrutura e gestão do ensino médio teve como objetivo construir e equipar novos Liceus do Ceará com capacidade de atender 1.800 alunos. Este programa contou com a contrapartida da União, com recursos negociados com o Banco Interamericano (BID).

No âmbito do Programa Educação para Todos, foram destaques o programa de Acesso à Educação Básica (expansão de atendimento à criança de 0 a 6 anos, ABC do Sertão com alfabetização de 300 mil jovens e adultos entre 15 e 39 anos) Educação Contextualizada para 90 mil jovens e adultos de 15 a 39 anos recém-alfabetizados. No Programa Tempo de Avançar, desenvolvido em cooperação com os municípios, com vista à aceleração de 140 mil jovens, possibilitando o acesso à série mais adequadas à idade dos alunos beneficiados. Outra ação é o acesso a séries mais adequadas de 300 mil jovens e adultos que não conseguiram concluir o ensino fundamental. E por fim, o Programa de Qualificação dos Gestores da Educação, utilizando programas televisivos.

A educação profissional no Ceará, ao longo dos últimos anos, tem sido executada de forma diversificada por entidades governamentais e não-governamentais locais e internacionais. Uma iniciativa de progressivo sucesso para atendimento da economia e mercado tem sido a implantação dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs). Estes

centros foram idealizados e implementados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, tendo por objetivo apoiar a educação para a ciência, qualificação profissional da população e extensão tecnológica. O Plano de Educação Profissional do Ceará conta também com os Centros de Ensino Tecnológico (CENTECS) que atuam na promoção do ensino, pesquisa e extensão. Neste caso, o objetivo é formar técnicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico em áreas como eletromecânica, alimentos, irrigação, recursos hídricos e saneamento ambiental.

O Programa de Capacitação Tecnológica a cargo dos CVTs e CENTECS, conjuntamente com as Universidades públicas estaduais, tinham como metas para quatro anos capacitar 285 mil jovens trabalhadores, principalmente no nível básico. Este programa conta com o apoio do Programa de Melhoria do Ensino Profissional (PROEF) do Governo Federal, que financia a construção dos novos CVTs e CENTECS.

A definição e implementação das políticas sociais e de investimentos nos setores de educação profissional e geração de trabalho conta com a atuação do Conselho Estadual de Trabalho e os respectivos Conselhos Municipais através dos fóruns deliberativos.



## CEARÁ VIDA MELHOR — 2003-2006

**A**s políticas e ações do Governo do Ceará no quadriênio de 2003-2006 no campo da educação deram continuidade aos principais programas da gestão anterior. Por oportuno, convém lembrar que esse período da administração do governador Lúcio Alcântara sucedeu ao governador Tasso Jereissati que esteve à frente da administração do Estado nos períodos de 1995-98 e 1999-2002. É bom lembrar que os referidos governantes eram integrantes do mesmo partido político (PSDB), que se fundamenta nos princípios e estratégia da social democracia.

Sem negar a importância da influência das ideias anteriores, é imperioso reconhecer que o novo governo adotou ajustes e abertura de novas iniciativas nos programas para a educação durante o seu mandato. Como fruto de uma crescente tomada de consciência, o foco principal da ação governamental desse período foi a meta “população com educação de qualidade”.

As atividades empreendidas com esse objetivo estão narradas e analisadas na Mensagem à Assembleia Legislativa em inícios de 2006, preparada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado. Os comentários

que apresento a seguir constituem uma síntese do referido documento e de outros estudos elaborados pela própria Secretaria de Educação.

O marco dessas orientações foi o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico sustentável está associado à continuidade do processo de expansão educacional. Com isso, é possível aumentar a produtividade do trabalho, a melhoria dos salários e a consequente diminuição da pobreza. A educação, diz o plano, é condição “sine qua non” para promover uma maior igualdade e mobilidade social. Além disso, é reconhecido que a contribuição da educação ao desenvolvimento precisa que seja de qualidade, no sentido que as escolas ofereçam um ensino mais eficiente e um melhor aprendizado.

Preocupado com esse complexo problema, foi criado pioneiramente o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará. A finalidade desse programa era subsidiar a formulação de políticas educacionais voltadas para a melhoria da aprendizagem, com base no desempenho escolar dos alunos.

De acordo com os dados disponíveis quando da preparação da Mensagem à Assembléia, a avaliação do setor de educação revela que os alunos da 4ª série do Ensino Fundamental conseguiram melhorar seus desempenhos, tanto em matemática como em português. Os alunos da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, no entanto, sofreram pequena queda entre 2003 e 2004.

Outro indicador utilizado foi a taxa de escolarização no ensino médio (população de 15 a 17 em relação à população neste grupo). No período de 2002 a 2004 essa taxa elevou-se de 22%. A taxa de analfabetismo é um dos indicadores educacionais nesse modelo de avaliação. (percentual de pessoas com 15 anos e mais de idade que são incapazes de ler e escrever um simples bilhete). No período de 2002-2004, a taxa de analfabetismo do Ceará apresenta-se menor do que a do Nordeste e a queda desta relação foram maiores no Estado do que ocorreu no Nordeste do Brasil.

Outro indicador de desempenho positivo do Estado foi no tocante ao percentual de adultos com pelo menos o Ensino Médio completo. Em 2004, a proporção no Ceará era de 22%, com aumento em relação ao ano de 2002 superiores ao Nordeste do Brasil. Mesmo assim, é bom ressaltar que apesar desses avanços qualitativos, as avaliações da questão da qualidade não se mostraram satisfatórias.

Diante disso, foram desenvolvidas ações para a melhoria da qualidade da educação, cujos resultados não estavam ainda disponíveis. De qualquer forma, relaciono a seguir as principais iniciativas que estavam em implementação com prazos de conclusão até 2006.

Foram ações de promoção das escolas com melhor desempenho, construção de laboratórios nas áreas de biologia, enfermagem e ciências humanas, distribuição de livros didáticos de língua portuguesa e matemática para alunos da 1ª série do ensino médio. Destaque-se, também, o Projeto

Bolsa aluno melhor, nos 20 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Municipal, beneficiando alunos do Ensino Médio de nível estadual e Ensino Fundamental, das sedes municipais. Foram inaugurados 5 Liceus e proporcionado treinamento continuado aos servidores que atuavam na execução do Programa de Alimentação Escolar e assessoria nos Conselhos Escolares de todo o Estado. Mereceu também bastante atenção a capacitação de educadores para as escolas indígenas e dos presídios e cadeias públicas.

Podem ser mencionados ainda os cursos de alfabetização de adultos (300 mil pessoas), ampliação do número de matrículas para estudantes de nível médio público e de matrículas para jovens e adultos de 15 anos e mais do Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série.

## QUARTA PARTE

# PARA CONCLUIR

AGORA, MAIS DO QUE NUNCA, O LEMA “EDUCAÇÃO DE TODOS PARA TODOS” DEVE SER A PALAVRA DE ORDEM PARA UMA SOCIEDADE MAIS EDUCADA E MAIS PRÓSPERA.



## EPÍLOGO

**N**as últimas décadas, dois grandes acontecimentos estão transformando as economias e os modos de vida em todo o mundo. Um desses fenômenos é a globalização onde os países, inclusive o Brasil, tornam-se cada vez mais interdependentes. Outro fenômeno é a era da revolução tecnológica da informação e da comunicação.

Esta revolução abrange domínios como a investigação, a educação, a formação profissional, o acesso à internet e as transações virtuais. Ou seja, o rumo a uma sociedade baseada no conhecimento. Neste contexto, a educação de modo geral, e de qualidade em particular, torna-se uma necessidade fundamental para as sociedades que pretendem incorporar-se a esse processo de desenvolvimento econômico. Como é o caso do Ceará e do Nordeste.

Na verdade, a educação de qualidade é a meta do desenvolvimento integral. É também a libertação da escravidão, da ignorância, da cegueira, da surdez e da subserviência cultural dos que não conseguiram ir à escola ou pouco aprenderam nas salas de aula. A instrução e a capacitação para o trabalho e para o exercício da cidadania é um direito da pessoa humana. É o que preceitua, aliás,

os organismos internacionais das Nações Unidas e a própria Constituição brasileira.

Sem uma adequada educação do povo, cria-se uma trava ao progresso econômico, social e político de qualquer país ou região. Para um desenvolvimento mais sustentável e equitativo, portanto, o Ceará precisa de um crescimento mais rápido de sua educação de qualidade, com maior inclusão e acesso aos pobres. A educação, além disso, é essencial para o aumento da produtividade que é uma das soluções para o aumento da renda per capita.

O Ceará de amanhã precisa de maior prioridade nas políticas educativas atuais, que permitam um desenvolvimento mais humano e equilibrado. Como bem definiu Dom Michael Miller, secretário da Congregação para a Educação Católica, a educação de qualidade deve transmitir valores e cultura, promoção da coesão social, e crescimento da personalidade do estudante em toda sua dimensão. “Uma educação autêntica – afirma ele – deveria ensinar às novas gerações o respeito pelas outras culturas e promover o reconhecimento da riqueza de sua história e de seus valores“. Ou seja, as políticas educacionais deveriam buscar o fim fundamental da educação que é o desenvolvimento integral da personalidade em toda dimensão, tanto no âmbito do conhecimento como dos valores da solidariedade. A educação de qualidade é, enfim, um meio para desenvolver valores. A Instituição educacional não pode ser apenas o lugar para o aprendizado de teorias, mas de sentimentos

de responsabilidade, da diferenciação do certo e errado, do falso-verdadeiro.

Se um país tem grande parte de seu povo formado de pessoas semi-analfabetas, os investimentos podem ser inúteis, por falta de gente habilitada para as atividades produtivas. Exemplo clássico de desenvolvimento apoiado na educação são os casos da Alemanha e do Japão. Ao término da Segunda Guerra Mundial, esses países estavam destruídos materialmente. Parte das pessoas qualificadas e dos conhecimentos gerados estava, no entanto, vivo. Com planos econômicos e investimentos adequados foi possível a essas nações se tornarem exemplos de sucesso de prosperidade. Outro caso mais recente é o da República da Coreia. O país era mais pobre do que o Brasil, depois de enfrentar duas guerras. A estratégia de desenvolvimento teve como eixo a valorização da educação, através da aplicação de recursos para essa finalidade. A Finlândia, por sua vez, ocupa atualmente o 1º lugar no ranking da qualidade de ensino em âmbito mundial. Em contrapartida, segundo os mesmos estudos, o Brasil está posicionado nas últimas colocações desse confronto. É quase inacreditável que o nosso país esteja no mesmo grupo de nações tradicionalmente subdesenvolvidas como a Tunísia e a Indonésia.

A receita de boa educação finlandesa tem sido a formação de seus professores, os quais precisam ter título de mestrado. No Brasil, 9% dos professores de ensino médio não têm nível superior. A carreira de professor do ensino básico

é considerada entre as menos atrativas no país de modo geral. De fato, as medidas de valorização do magistério preconizadas no Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica (Fundeb), nunca saíram do papel. Por outro lado, 38% dos estudantes de ensino médio estão matriculados em escolas sem bibliotecas.

Estas referências são para ilustrar quanto distante estão as intenções e planos do setor público para a educação e o que realmente é executado e avaliado. Mesmo quando se faz alguma aferição do aprendizado, fica a dúvida sobre o que está sendo medido. Porque o desempenho pode até ser satisfatório em alguns casos, mas fica a indagação sobre o que foi realmente ensinado. Ou seja, o estudante pode ter assimilado o que foi ministrado, mas os conteúdos transmitidos estão inadequados às necessidades e propósitos de uma formação educacional correta. Na sociedade do conhecimento a que me referi antes, as pessoas precisam aprender a aprender para que o conhecimento dure toda a vida.

No caso da Finlândia, o primeiro remédio para uma boa educação é o currículo amplo e bem estruturado, como é comum a muitos outros países desenvolvidos. A grade curricular é flexível e organizada conjuntamente com os professores, administradores e pais, e representantes dos alunos. Vale lembrar, que no início da década de 70, a Finlândia era parecida com o Brasil, ou com o Nordeste. A metade da população vivia no quadro rural e devido à

má qualidade da escola pública as crianças das famílias abastadas foram transferidas para as instituições privadas. Para corrigir essas distorções, numa segunda fase da reforma do ensino na Finlândia, foi adotada em 1985 a política de descentralização do sistema de ensino. Segundo essa sistemática, o professor passou a ter um papel fundamental, com a responsabilidade principal pelo desempenho dos alunos. É ele quem avalia os estudantes, identifica os problemas, bem como indica as possíveis soluções e avalia os resultados.

Há de se reconhecer que a Finlândia é um país de características próprias, mas sua experiência pode ser uma referência para as mudanças que necessitam ser adotadas para melhorar a qualidade do ensino brasileiro. O fato relevante a observar é que os estudos mostram que a educação de qualidade desse país foi fundamental para o seu desenvolvimento econômico. Na verdade, o sistema educacional é um dos maiores orgulhos dos finlandeses.

O economista Cláudio de Moura Castro, especialista em questões educacionais, com base em seus estudos, afirma que o atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos é de mais de 100 anos. De fato, nas pesquisas da Unesco, a colocação do Brasil é assustadora com relação a outros países. Um em cada três brasileiros, entre 15 e 64 anos, é classificado como analfabeto funcional. Outro agravante revela que 62% dos brasileiros alfabetizados nunca lêem livros e outros que fazem uso dessa prática têm difi-

culdade de compreensão e assimilação. No caso do Ensino Médio, 38% dos estudantes estão matriculados em escolas sem bibliotecas, e 87% estudam em colégios sem acesso a computadores conectados à internet. A pesquisa “Juventude e Políticas Sociais do Brasil” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela que no Nordeste os 53% de jovens dentre 15 a 24 anos e de 12% dos que têm entre 25 a 29 não são alfabetizados. No Brasil essas taxas são de 2,3% e 4,8%, respectivamente. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) aplicado em 57 países, considera como aspectos indicativos a leitura, matemática e ciências. Nas últimas pesquisas, o Brasil tem aparecido nas últimas posições, considerando a situação da 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental.

Em tais condições, as pessoas não conseguem se desenvolver pessoal e profissionalmente. O economista Eduardo Giannette da Fonseca e o irlandês Dam O’Briem, especialistas em nações emergentes, afirmam:

A mentalidade dominante nos países desenvolvidos sempre foi perseguir resultados na escola. No Brasil, encara-se a educação como um problema de construção civil. As autoridades competentes, muitas vezes, estão preocupadas em achar quem mandou erguer a escola mais vistosa, e quantas salas de aula foram construídas.

De qualquer forma, é alvissareiro verificar-se que dos 1.654 municípios nordestinos pesquisados pelo Instituto Na-

cional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 84% alcançaram as metas estipuladas pelo Ministério de Educação para 2007, na 4ª série de Ensino Fundamental. No Ceará, essa meta foi 80%. No tocante a 8ª série, a região Nordeste teve 1.675 municípios pesquisados nos anos de 2005 e 2007. Destes, 73% alcançaram as metas fixadas para 2007, enquanto o Ceará obteve 86% da meta. Outro feito do Estado do Ceará foi incluir 24 dentre os 50 melhores municípios do Nordeste, com avanço em comparação com os 19 contemplados em 2005.

Como se pode verificar na avaliação de todos os aspectos relatados neste livro, o Ceará tem conseguido alcançar avanços no campo educacional, especialmente na quantidade das matrículas, infra-estruturas e organização escolar. Mas esses resultados são conflitantes quando se considera o problema da qualidade do ensino ministrado nos vários níveis.

As experiências acumuladas nos últimos vinte anos pelo setor público no Ceará, entretanto, na busca de oferecer um sistema educacional adequado para toda a população, vão constituir doravante na alavanca para o desenvolvimento econômico mais equilibrado e com menos pobreza. Agora, mais do que nunca, o lema “educação de todos para todos” deve ser a palavra de ordem para uma nova sociedade mais educada e mais próspera.



## PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE UMA NOVA EDUCAÇÃO

Não basta ter ideias sobre a melhor maneira de realizar o desenvolvimento econômico através da educação. É indispensável por esses princípios em marcha. “Não nos apeguemos a ilusões – diz Karl Marx – as ideias nada podem realizar. Para realizar as ideias são necessários homens que ponham a funcionar uma força prática”.

Isso não é apenas um pensamento ou uma frase. Da própria leitura deste livro, que trata objetivamente da evolução do processo educacional no Ceará nas últimas três décadas, pode-se deduzir orientações para a melhoria das políticas e caminhos para o aperfeiçoamento do processo educativo. Pelo que conheço, muitos estudos e experiências internacionais são outras fontes inspiradoras no entendimento dessa complexa questão.

A 30ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Itaici, SP. 1992) tratou da “Educação, Igreja e Sociedade no Brasil”. As conclusões desse simpósio indicam um conjunto de propostas bem refletidas sobre um processo educativo novo. Tais estudos explicitam que há necessidade de um projeto global e que sejam superados

corporativismos internos e posições unilaterais. Mesmo com a oferta de incentivos e articulações dentro da sociedade civil, as soluções globais dependem do governo e do legislativo.

É preciso considerar que a educação popular transcende os aspectos apenas da pura alfabetização. Abrange também a perspectiva para o educando que deve aprender um instrumental técnico-científico para a solução de seus problemas. Para muitos estudiosos dessa questão, entretanto, há o perigo de reduzir o conceito de “educação” para instrução técnica ou acadêmica.

O processo educativo brasileiro não tem recebido preocupação clara quanto à formação integral do estudante. Os métodos e os princípios de ensino, das várias reformas já realizadas, pouco incorporaram quanto a conteúdos que contribuam para o exercício da cidadania. Isto é, a formação de uma mentalidade consciente e ativa de todos no processo solidário de convivência de trabalho que visem o encaminhamento de soluções para o bem comum.

A organização do ensino não deu a devida atenção às peculiaridades específicas das pessoas residentes no campo e na cidade. As escolas rurais, além disso, não contam com currículos, conteúdos e calendários apropriados para a adequação das lides agrícolas. Quando estive estudando em Israel, por exemplo, observei que na região sul do país, os agricultores trabalhavam muito antes de o sol nascer, permanecendo no campo até às 8 ou 9 horas. Somente

voltavam às atividades por volta das 16:00 hora. Assim evitavam o período de maior calor, enquanto dedicavam esse intervalo de tempo para o estudo e mesmo algum lazer. Aqui no Nordeste, não se justifica que os horários de trabalho sejam idênticos nas cidades e no campo ou que o trabalhador agrícola trabalhe 10 ou mais horas por dia, sem condições de dedicar-se ao estudo ou a outros afazeres. Em alguns estados do sudeste e sul esse assunto tem sido considerado, mas nas outras regiões do país não tenho conhecimento de mudanças nesse regime de trabalho extenuante.

Esta é uma das causas geradoras da falta de interesse e abandono das salas de aula pela classe trabalhadora e do êxodo rural da juventude em busca de outras condições de estudo e trabalho. Na verdade, a educação brasileira é orientada fundamentalmente para a preparação de mão-de-obra para o mercado, sem preocupação com a formação do papel humano do trabalhador no sentido cultural do labor.

Neste contexto, são falsos os resultados das avaliações sobre a qualidade do ensino público fundamental, e mesmo do médio, como é evidente supor. Ou seja, a aferição dos resultados da qualidade do ensino é efetivada por parâmetros que visam medir o aprendizado pelos conteúdos ministrados, como é evidente. Neste caso, o alcance de notas por mais elevadas que sejam pouco dizem, pois o que se oferece no ensino é um conteúdo inadequado. Em função disso, valeria refletir se os baixos índices obtidos em

tais pesquisas não seria uma manifestação da rejeição do próprio sistema de ensino ? E, portanto, não uma falha no processo de assimilação da aprendizagem. De acordo com a opinião de algumas diretoras dessas escolas do interior do estado, com as quais conversei sobre esse assunto, são procedentes essas minhas suposições.

Como consequência desse processo de ensino-avaliação gera-se um círculo vicioso de cobranças falsas do aprendizado e de perpetuação dos conteúdos e metodologias adotados. Em outras palavras, busca-se a solução de uma equação cuja maximização da função pode agravar o problema que se pretende eliminar. Neste caso, como me ensinou o saudoso e renomado economista Raanan Weitz, do “Centro de Estudos Regionais Urbano-Rurais de Rehovot” (Israel), a solução somente será encontrado com a mudança da equação e não das variáveis da equação!

Desse modo, é preciso uma revolução cultural para a passagem da educação da quantidade para a educação de qualidade. A pouca atenção da sociedade civil e do poder público, por exemplo, afeta a vida do educador que é a força motriz do sistema. É evidente que esse profissional é desestimulado pelos baixos salários, ausência de políticas para a sua formação, deficiências na infraestrutura da escola e baixo reconhecimento do seu trabalho pela comunidade.

Por isso, os professores de modo geral, e especialmente da Região Nordeste, carecem de melhores condições para uma capacitação adequada e de forma permanente. Acres-

cente-se a esse quadro de dificuldades a pouca participação da família na educação dos filhos. Isso ocorre, certamente, pela falta de condições materiais, formação intelectual e desagregação da família. Assim, essas são levadas a delegar toda a responsabilidade educativa à escola.

Não se pode ignorar que alguns pais procuram colaborar para uma saída desses problemas educacionais da família. São exemplos as Associações de Pais, a Pastoral da Família e Grupos de Casais na Igreja. Do mesmo modo, não se deve esquecer de educadores abnegados que acreditam no seu trabalho e lutam para uma educação de qualidade e para vivenciar sua missão educadora.

Conheço muitos homens e mulheres que fizeram e fazem do trabalho educativo seu projeto pessoal de vida. Mas tantos são os desestímulos para tão importantes atividades que, com o tempo, esses verdadeiros heróis estejam se tornando uma exceção. Sim, é preciso cultivar mais essas iniciativas porque um projeto educativo verdadeiro precisa dessa contribuição fundamental da sociedade civil.

Nas últimas décadas fala-se frequentemente em modernidade e até pós-modernidade. Esse fenômeno alcança as várias áreas do espaço humano (na ciência, na tecnologia, economia, meios de comunicação, e na religião). Essa onda vai transformando a própria concepção de vida das pessoas e dos grupos sociais, de classe, ideologia, raça e sexo.

Tal processo tem ocorrido em duas vertentes. Uma é a modernização de setores e de grupos que dominam a

economia, a política e a cultura. Diz-se que é o modelo elitista. Alguns historiadores e escritores sociais afirmam que, de certo modo, o sistema educacional brasileiro está a serviço desse projeto, decorrente de interesses associados à certa maneira de ver o mundo e a sociedade. De outro lado, encontra-se a maioria de desafortunados ou marginalizados do processo de desenvolvimento econômico e excluídos das possibilidades abertas pelo progresso da sociedade.

Na disparidade existente entre as perspectivas desses dois mundos reside uma contradição de fundo que esbarra na falta de uma educação de qualidade para as pessoas pobres. Segundo o saudoso Papa João Paulo II, “O ideal cristão é contrário a esse escândalo desumano e injusto. A educação deve estar a serviço da liberdade, não só no sentido de considerar o educando como sujeito do seu próprio desenvolvimento em comunidade, mas, também, enquanto visa à plena liberdade dos condicionamentos e dominações que dificultam seu desabrochar efetivo na sociedade”.

As conclusões da Conferência de Puebla (México), do Conselho Episcopal Latino-Americano (1979), no tocante a educação, são referências oportunas para orientar um processo educativo novo das pessoas desse continente, marcado por profundas disparidades econômicas e sociais.

É oportuno recordar aqui algumas reflexões dessa Conferência, reiterando aquele apelo aos princípios de que o objetivo de toda a educação genuína seja harmonizar e personalizar o homem, sem desvirtuá-lo. Para o alcance

desses objetivos, a educação requer um espaço ético, de respeito ao outro, do diálogo da fraternidade. Assim, o relacionando social é um fator básico no processo educativo.

Donde as pessoas precisam ser educadas no sentido de se respeitarem, se amarem e procurarem juntas a comunhão de sua realização comum. Cabe à missão educativa encaminhar as crianças e os jovens para o respeito mútuo. Despertando-lhes a atenção e a estima pelos direitos humanos, pela justiça e pelo cumprimento do dever.

É obrigação dos membros da comunidade de educadores e de pais zelarem para que as instituições educativas devam ter consciência da dimensão política de sua ação pedagógica. A instituição educativa, entretanto, não pode assumir uma posição político-partidária que afetem sua verdadeira função e natureza social equânime.

A liberdade de educação é um direito fundamental da pessoa humana (Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem). É um dever e um direito da sociedade e do Estado o de oferecer às pessoas os meios necessários para uma educação livre e autêntica. Esses dois aspectos são inseparáveis numa concepção completa de liberdade da educação, conforme a Constituição Brasileira (1988, art.206).

Em sua função plena, o Estado deve fomentar e defender os direitos básicos e o acesso à educação. Por isso é seu dever também garantir que a sociedade tenha o controle da qualidade do ensino e dos princípios morais da escola.

Como se fosse um aval solidário dos diretores, professores e dos pais dos estudantes, pois são eles que conhecem a educação dos seus discípulos e filhos e têm autoridade para avaliar o que realmente está sendo ensinado.

**ANEXO**

# DADOS ESTATÍSTICOS



**TABELA I – CEARÁ. Atividades segundo a Situação do Domicílio e os Grupos de Anos de Estudo – 2001**

Situação do domicílio e grupos de anos de estudo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade			
	Condição de atividade			
	Total	Economicamente ativas	Não economicamente ativas	
			Total	Mulheres
<b>Total</b>	<b>5.934.807</b>	<b>3.579.523</b>	<b>2.355.284</b>	<b>1.587.148</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	1.322.805	832.544	490.261	327.290
1 a 3 anos	1.197.722	636.191	561.531	353.331
4 a 7 anos	1.777.351	942.329	835.022	560.846
8 a 10 anos	743.018	473.986	269.032	195.916
11 a 14 anos	682.093	527.074	155.019	121.123
15 anos ou mais	153.472	129.221	24.251	15.681
Não determinados e sem declaração	58346	38.178	20.168	12.961
<b>Urbana</b>	<b>4.472.577</b>	<b>2.593.638</b>	<b>1.876.939</b>	<b>1.252.290</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	777.928	433.132	344.795	228.524
1 a 3 anos	775.056	367.053	408.003	254.431
4 a 7 anos	1.424.592	726.205	698.387	457.202
8 a 10 anos	659.181	418.173	241.008	172.365
11 a 14 anos	638.605	492.456	146.149	113.955
15 anos ou mais	147.508	123.754	23.754	15.184
Não determinados e sem declaração	49.707	32.865	16.842	10.629

(Continuação)

Situação do domicílio e grupos de anos de estudo	Pessoas de 10 anos ou mais de idade			
	Condição de atividade			
	Total	Economicamente ativas	Não economicamente ativas	
		Total	Total	Mulheres
<b>Rural</b>	<b>1.462.230</b>	<b>985.885</b>	<b>476.345</b>	<b>334.858</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	544.877	399.412	145.465	98.766
1 a 3 anos	422.666	269.138	153.528	98.900
4 a 7 anos	352.759	216.124	136.635	103.644
8 a 10 anos	83.837	55.813	28.024	23.551
11 a 14 anos	43.488	34.618	8.870	7.168
15 anos ou mais	5.964	5.467	497	497
Não determinados e sem declaração	8.639	5.313	3.326	2.332

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

**TABELA II – CEARÁ. Atividade na Semana de Referência e Sexo, segundo a Situação do Domicílio e os Grupos de Idade – 2001**

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade			
	Condição de atividade			
	Total	Economicamente ativas	Não economicamente ativas	
			Total	Mulheres
<b>Total</b>	<b>5.934.807</b>	<b>3.579.523</b>	<b>2.355.284</b>	<b>1.587.148</b>
10 a 14 anos	862.109	163.790	698.319	379.194
15 a 19 anos	796.589	391.169	405.420	253.633
15 a 17 anos	486.993	208.604	278.389	165.914
18 a 19 anos	309.596	182.565	127.031	87.719
20 a 24 anos	692.046	495.109	196.937	152.643
25 a 29 anos	559.375	443.128	116.247	99.898
30 a 39 anos	1.077.798	864.070	213.728	179.449
40 a 49 anos	720.904	575.063	145.841	123.184
50 a 59 anos	529.802	376.999	152.803	117.512
60 anos ou mais	694.078	268.721	425.357	281.003
Idade ignorada	2.106	1.474	632	632
<b>Urbana</b>	<b>4.472.577</b>	<b>2.593.638</b>	<b>1.876.939</b>	<b>1.252.290</b>
10 a 14 anos	606.117	83.312	522.805	269.090
15 a 19 anos	607.985	277.359	330.626	198.565
15 a 17 anos	366.494	136.503	229.991	130.151
18 a 19 anos	241.491	140.856	100.635	68.414
20 a 24 anos	533.892	382.081	151.901	113.494
25 a 29 anos	436.999	340.538	96.461	81.106
30 a 39 anos	851.265	667.470	183.795	155.901
40 a 49 anos	567.043	438.731	128.312	109.134
50 a 59 anos	380.516	253.671	126.845	98.645
60 anos ou mais	486.775	149.213	337.562	225.723
Idade ignorada	1.895	1.263	632	632

(Continuação)

Situação do domicílio e grupos de idade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade			
	Condição de atividade			
	Total	Economicamente ativas	Não economicamente ativas	
		Total	Total	Mulheres
<b>Rural</b>	<b>1.462.230</b>	<b>985.885</b>	<b>476.345</b>	<b>334.858</b>
10 a 14 anos	255.992	80.478	175.514	110.104
15 a 19 anos	188.604	113.810	74.794	55.068
15 a 17 anos	120.499	72.101	48.398	35.763
18 a 19 anos	68.105	41.709	28.396	19.305
20 a 24 anos	158.064	113.028	45.036	39.149
25 a 29 anos	122.376	102.590	19.786	18.792
30 a 39 anos	226.533	196.600	29.933	23.548
40 a 49 anos	153.861	136.332	17.529	14.050
50 a 59 anos	149.286	123.328	25.958	18.867
60 anos ou mais	207.303	119.508	87.795	55.280
Idade ignorada	211	211	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

**TABELA III – CEARÁ. Valor do Rendimento Médio Mensal das Pessoas de 10 Anos ou mais de Idade – 2001**

Situação do domicílio e classes de rendimento mensal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (R\$)
	Total	Total
<b>Total</b>	<b>5.934.807</b>	<b>209</b>
Até 1/2 salário mínimo	824.217	43
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.280.543	159
Mais de 1 a 2 salários mínimos	853.937	259
Mais de 2 a 3 salários mínimos	251.800	441
Mais de 3 a 5 salários mínimos	195.803	702
Mais de 5 a 10 salários mínimos	129.708	1.278
Mais de 10 a 20 salários mínimos	66.017	2.487
Mais de 20 salários mínimos	29.903	6.569
Sem rendimento	2.266.838	-
Sem declaração	36.041	-
<b>Urbana</b>	<b>4.472.577</b>	<b>246</b>
Até 1/2 salário mínimo	500.638	44
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	933.334	160
Mais de 1 a 2 salários mínimos	714.625	260
Mais de 2 a 3 salários mínimos	228.118	442
Mais de 3 a 5 salários mínimos	184.029	704
Mais de 5 a 10 salários mínimos	124.318	1.281
Mais de 10 a 20 salários mínimos	63.036	2.480
Mais de 20 salários mínimos	29.406	6.615
Sem rendimento	1.678.129	-
Sem declaração	16.944	-

(Continuação)

Situação do domicílio e classes de rendimento mensal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (R\$)
	Total	Total
Rural	1.462.230	95
Até 1/2 salário mínimo	323.579	42
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	347.209	156
Mais de 1 a 2 salários mínimos	139.312	252
Mais de 2 a 3 salários mínimos	23.682	434
Mais de 3 a 5 salários mínimos	11.774	661
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5.390	1.216
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.981	2.629
Mais de 20 salários mínimos	497	3.900
Sem rendimento	588.709	-
Sem declaração	19.097	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

**TABELA IV – CEARÁ. Estudantes de 5 Anos ou mais de Idade, segundo o Grau e Série que Frequentavam – 2001**

Grau e série que frequentavam	Estudantes de 5 anos ou mais de idade		
	Total	Urbana	Rural
	Total	Total	Total
<b>Total</b>	<b>2.597.478</b>	<b>1.907.033</b>	<b>690.445</b>
Pré-escolar	284.945	207.565	77.380
1º grau (1)	1.826.167	1.274.041	552.126
Regular	1.677.835	1.178.180	499.655
1ª série	257.136	169.433	87.703
2ª série	221.637	153.455	68.182
3ª série	217.734	139.248	78.486
4ª série	257.347	159.994	97.353
5ª série	240.805	171.008	69.797
6ª série	188.955	148.719	40.236
7ª série	148.257	115.476	32.781
8ª série	145.964	120.847	25.117
Sem declaração	-	-	-
Supletivo (2)	77.560	65.022	12.538
2º grau (3)	370.213	314.244	55.969
Regular	289.194	247.332	41.862
Supletivo	58.975	46.359	12.616
Superior (4)	116.153	111.183	4.970
Sem declaração	-	-	-

**Fonte:** IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

(1) Inclusive os estudantes de curso de alfabetização de adultos. (2) Seriado e não seriado. (3) Inclusive os estudantes de curso pré-vestibular. (4) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

**TABELA V – CEARÁ. Informações Gerais sobre o Ensino Pré-Escolar – 1988-1999**

Especificação	1988			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1. Matrícula inicial- Total	170.623	126.546	44.077	323.175	225.246	97.929
a) Taxa média de crescimento no período (em relação a 1988)	-	-	-	89,40	77,99	122,17
2. % Matrícula inicial por dependência administrativa						
a) Federal	0,74	0,60	0,74	0,00	0,00	0,00
b) Estadual	27,12	2,41	20,73	0,84	0,86	0,80
c) Municipal	32,52	95,15	48,70	62,22	49,2	92,18
d) Particular	39,57	1,84	29,83	36,94	49,94	7,02
3. Taxa de Escolarização	29,139	39,434	15,124	48,28	47,13	51,15
4. Matrícula inicial por idade						
a) % de 05 anos	30,68	32,53	25,35	79,96	80,06	79,75
b) % de 06 anos	23,11	24,05	20,41	20,04	19,94	20,25

Fonte: SIE/CE-SE/APC/Núcleo de Informações/Unid. de Estatística/Censo Escolar, 1999.

**TABELA VI – CEARÁ. Informações Gerais sobre Alfabetização (6 Anos e menos) – 1988-1999**

Especificação	1988			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1. Matrícula inicial- Total	344.230	113.419	230.811	91.840	59.095	32.745
a) Taxa média de crescimento no pe- ríodo (em relação a 1988)	-	-	-	- 73,32	- 47,89	- 85,81
2. % Matrícula ini- cial por dependên- cia administrativa						
a) Federal	0,02	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00
b) Estadual	8,90	25,07	0,96	0,52	0,70	0,18
c) Municipal	81,83	47,30	98,80	59,70	38,91	97,23
d) Particular	9,25	27,60	0,23	39,78	60,39	2,59
3. Taxa de Escola- rização	57,30	42,99	79,83	54,29	34,93	19,36
4. Matrícula inicial por idade						
a) % de 05 anos	7,37	9,18	6,48	26,00	10,78	15,22
b) % de 06 anos	18,72	27,14	14,59	74,00	50,11	23,89

Fonte: SIE/CE-SE/APC/Núcleo de Informações/Unid. de Estatística/ Censo Escolar, 1999.

**TABELA VII – CEARÁ. Informações Gerais sobre o Ensino do 1º Grau - 1988-1999**

Especificação	1988			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1. Matrícula inicial- Total	923.728	644.385	279.343	1.868.716	1.290.509	578.509
a) Taxa média de crescimento no período em relação a 1988	-	-	-	102,30	100,26	106,96
2. % Matrícula inicial por dependência administrativa	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
a) Federal	0,03	0,05	0,00	0,03	0,03	0,00
b) Estadual	39,60	54,46	5,29	25,60	36,75	0,72
c) Municipal	41,92	19,28	94,16	63,18	47,11	99,04
d) Particular	18,45	26,21	0,55	11,19	16,10	0,24
3. % da matrícula de 07 a 14 anos de idade	72,45	77,17	73,87	72,75	72,11	74,14
4. Nº da matrícula fora da idade adequada	241.329	177.559	63.770	509.117	359.822	149.597
5. % de matrícula fora da idade adequada	26,13	27,55	22,83	27,25	27,89	25,86
6. Taxa de escolarização	51,39	61,32	38,04	99,48	95,39	110,26
7. Taxa de evasão por dependência administrativa						
a) Federal	0,000	0,000	-	0,000	0,000	-
b) Estadual	13,873	13,924	12,649	13,45	13,43	15,94
c) Municipal	16,081	21,723	13,415	12,79	12,14	13,49
d) Particular	9,881	9,808	17,834	3,51	3,47	9,37

(Continuação)

Especificação	1988			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
8. Taxa de aprovação por dependência administrativa						
a) Federal	81,544	81,544	-	94,18	94,18	-
b) Estadual	70,336	63,245	38,663	86,76	86,75	86,98
c) Municipal	84,404	84,379	87,095	91,37	91,38	89,24
9. Taxa de repetência por dependência administrativa						
a) Federal	0,000	0,000	-	6,36	6,36	-
b) Estadual	11,664	11,399	17,959	7,59	7,54	13,78
c) Municipal	17,604	13,076	19,743	11,00	8,66	13,48
d) Particular	3,592	3,304	35,084	3,12	3,10	6,47

Fonte: SIE/CE-SE/APC/Núcleo de Informações/Unid. de Estatística/ Censo Escolar, 1999.

**TABELA VIII – CEARÁ. Informações Gerais sobre o Ensino do 2º Grau - 1988-1999**

Especificação	1988			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1. Matrícula inicial-Total	103.130	102.404	726	261.815	260.211	1.604
a) Taxa média de crescimento no período em relação a 1988	-	-	-	153,86	154,10	120,93
2. % Matrícula inicial						
a) Na 1ª série	42,93	42,89	46,01	41,97	41,69	0,28
b) Na 2ª série	28,90	28,93	25,34	32,67	32,45	0,22
c) Na 3ª série	22,39	22,34	28,65	24,14	24,03	0,11
d) Na 4ª série	5,80	5,84	0,00	1,22	1,22	-
3. Taxa inicial segundo a dependência administrativa						
a) Federal	3,25	2,92	48,86	1,48	1,19	0,29
b) Estadual	50,48	50,58	50,14	75,59	72,27	0,32
c) Municipal	6,14	6,18	0,00	3,69	3,69	-
d) Particular	40,13	40,42	0,00	22,24	22,24	-
4. % da matrícula por faixa etária						
a) De 15 a 19 anos	57,97	57,94	61,43	64,96	64,56	0,40
b) Fora da faixa etária	42,03	42,06	38,57	35,04	34,83	0,21
5. Taxas de escolarização	2,33	11,45	0,15	33,87	48,64	0,67

Fonte: SIE/CE-SE/APC/Núcleo de Informações/Unid. de Estatística/ Censo Escolar, 1999.

**TABELA IX – CEARÁ. Informações Gerais sobre o Corpo Docente do 2º Grau**

Especificação	1988			1999		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Ensino do 2º grau						
a) Nº de professores	5.194	5.129	65	11.451	11.344	107,00
b) Taxa de crescimento no período	-	-	-	120,46	121,17	64,61
c) Nível de formação						
- com grau superior	4.217	4.156	61	9.591	9.497	94
- % com licenciatura	90,82	90,66	100,00	65,98	66,24	38,31
- com 2º grau	975	972	3	1.827	1.814	13
- % com formação pedagógica	70,76	70,88	33,33	42,41	42,50	30,76
- com 1º grau	2	1	1	33	33	-
- % com curso completo	100,00	100,00	100,00	78,78	78,78	-

Fonte: SIE/CE-SE/APC/Núcleo de Informações/Unid. de Estatística/ Censo Escolar, 1999.

**TABELA X - CEARÁ. Estudantes de 5 Anos e mais segundo o Grau e Série que Frequentam - 1999**

Grau e Série	Nºs Absolutos	% do Total	% Urbano
Pré-escolar	415.015	16,30	68,51
1º grau	1.868.716	73,41	69,06
1ª série	354.927	13,94	55,52
2ª série	286.436	11,25	52,77
3ª série	322.070	12,65	60,96
4ª série	218.540	8,59	66,83
5ª série	245.380	9,64	84,13
6ª série	180.588	7,09	86,23
7ª série	144.211	5,67	89,96
8ª série	116.564	4,58	92,61
2º grau	261.815	10,29	99,38
<b>Total</b>	<b>2.545.546</b>	<b>100,00</b>	<b>72,08</b>

Fonte: Censo Escolar, 1999.

**TABELA XI – CEARÁ. Estabelecimentos de Ensino segundo Grau de Dependência Administrativa – 1999**

<b>Número Absolutos</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>
<b>Dependência Administrativa</b>			
Federal	5	3	2
Estadual	778	746	32
Municipal	11.268	2.095	9.173
Particular	2.240	2.097	163
<b>Total</b>	<b>14.291</b>	<b>4.921</b>	<b>9.370</b>

<b>Número Relativos</b>			
<b>Especificação</b>	<b>Total</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>
<b>Dependência Administrativa</b>			
Federal	0,03	0,06	0,02
Estadual	5,44	15,16	0,34
Municipal	78,85	42,57	97,90
Particular	15,68	42,21	1,74
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Censo Escolar, 1999.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTANASIO, Orazio et alii. *Portrait of the Poor*. Washington, DC: BID, 2001.

AZEVEDO, Joaquim. *O ensino secundário na Europa nos anos noventa*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1998.

BAR-EL, Raphael. *Desenvolvimento com equidade e redução da pobreza: o caso do Ceará*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2006.

BRUNI, Luigino. *Comunhão em economia*. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

BUARQUE, Cristovam. *Alfabetização para todos: um grito de guerra*. Artigo publicado no Jornal do Brasil, em 20/05/2003.

CASTRO, Claudio de Moura. Quem entendeu a nova avaliação do ensino? *Revista Veja*, 24 de setembro de 2008.

CATALAMESSA, Raniero. *A pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

COMISSÃO NACIONAL DE JUSTIÇA E PAZ. *Interpelar a sociedade hoje*. Lisboa: Editora Multinova, 1993.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Conclusões da conferência de Puebla*. São Paulo: Editora Paulinas, 2004.

CNBB, Educação, Igreja e Sociedade. Itaiçi (S.P.): Editora Paulinas, 2003.

\_\_\_\_\_. *Educação, fraternidade: texto base*. São Paulo: CNBB, 1982.

CURY, Augusto. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. São Paulo: Editora Sextante, 2003.

DALTO, Françoise. *Os caminhos da educação*. São Paulo: Editora Martins Fortes, 2002.

DEMO, Pedro. *Educação e desenvolvimento*. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1999.

DUARTE, Ir. Célia (org.) *Os professores e a reinvenção da escola*. São Paulo: Ed Cortez, 2001.

DURHAM, Eunice. *Fábrica de maus professores*. São Paulo: Veja p 17-21, 20 de novembro de 2008.

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1993.

FERREIRA, Emília. *Reflexão sobre alfabetização*. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: soluções necessárias à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FRIEDMAN, Thomas L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Objetiva, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto alegre: Artes Medinas, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Plano de mudanças, Fortaleza*, 1987.

GRACIA, Sergio. *Política educativa como teologia social*. Lisboa: Livros Horizontais, 1986.

JOÃO PP XXIII. *Mater et magistra*. São Paulo: Editora Paulinas, 1990.

KREMER, Michael . Population growth and technological change. *The Quarterly Journal of economics*, 108, nº 3, 1997.

KYNGE, James. *A China sacode o mundo*. São Paulo: Editora Globo, 2007.

LANDES, David S. *Riqueza e a pobreza das nações*. São Paulo: Editora Campus, 1998.

LEITE, Pedro Sisnando. *Avaliação dos recursos humanos do Ceará*. Fortaleza: Edição do Autor, 2008.

\_\_\_\_\_. *Novo Enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais*. Fortaleza: Editora UFC, 1985.

\_\_\_\_\_. *Escandinávia: modelo de desenvolvimento, democracia e bem-estar*. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. *Em busca do desenvolvimento rural do Ceará*. Fortaleza: LCR, 2006

LIMA, Júlio França e NEVES, Lúcia (Org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiodez, 2006.

LIMA, Lauro Oliveira. *Mutações em educação segundo McLuhan*. Rio de Janeiro: Editora vozes, 1979.

LUCKESI, C.C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

LINHARES, Célia (Org.). *Os professores e a reinvenção da escola*. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

MELMAN, Seymour. *Depois do capitalismo*. São Paulo: Editora Futura, 2002.

MENEZES, Paulo Elpídio Neto. A irresistível força da inércia. Fortaleza: Jornal *O Povo*, 24 de agosto de 2008.

MOURA, Ricardo. Ensino médio tem evasão de 25% no primeiro ano, Fortaleza: Jornal *O Povo*, de 25 de junho de 2008.

OECD. *Exame da política educativa de Portugal*. Lisboa: Editora GEP/ME, 1984.

OKITA, Saburo. Causes and problems of rapid growth in postwar Japan and their implications for newly development economics. Tokio: *The Japan Economic Research Center*, 1987.

PONTIFÍCIO CONSELHO DE JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Editora Paulinas, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para que?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *História da educação brasileira*. São Paulo: Ed. Cortez, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Editora Escola, 1980.

SACHS, Jaffrey. *O fim da pobreza*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A riqueza de todos*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2008.

SCHILLING, Flávia (Org.). *Direitos humanos e educação*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SCHLEICHER, Andreas. *Medir para avançar rápido*. São Paulo: Revista Veja, p. 17-21, 6 de agosto de 2008.

SCHULTZ, T. W. *Capital formation by education*. Chicago: Universidade Chicago Press, 1962.

STOER, R Stephen. *Educação, Estado e Desenvolvimento*. Lisboa: Horizonte, 1982.

TWEETEN, Luther G. *The role of education in alleviating rural poverty*. Washington, D.C.: US Department of Agriculture, 1980.

TOSI, Giuseppe (Org). *Ética e cidadania nas escolas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

WOO-TACK, Kim. On the role of education and culture in economic development. The expansion of Korea and Latin-America. *Korean Journal of Latin American Studies*, 2004.

YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Editora Ática, 2007.





**PEDRO SISNANDO LEITE** é economista formado pela Universidade Federal do Ceará, com pós-graduação em economia rural e planejamento regional em Israel. Foi técnico em desenvolvimento econômico do Banco do Nordeste e, durante muitos anos, chefe da Divisão de Estudos Agrícolas deste Banco. Lecionou, como professor adjunto e Titular de desenvolvimento econômico,

nos cursos de graduação e de mestrado em Teoria Econômica (CAEN) e de Economia Rural da Universidade Federal do Ceará. Na administração universitária foi Pró-Reitor de Planejamento em duas gestões, nos períodos de 1983-87 e de 1991-95. Dedicou grande parte de sua vida acadêmica e profissional estudando experiências de desenvolvimento em países desenvolvidos e emergentes, visitando mais de vinte nações ao redor do mundo com esse objetivo. Publicou trinta livros sobre economia do desenvolvimento econômico, planejamento e desenvolvimento regional. Destaca-se em sua contribuição científica, o livro *Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais*, adotado em muitas faculdades de economia em todo o país. Outra obra muito conhecida do Professor Sisnando, editada pela HUCITEC, de São Paulo, é *Escandinávia: Modelo de Desenvolvimento, democracia e bem-estar*. Sobre este livro, o rigoroso crítico Jânio Quadros escreveu em bilhete ao autor: “Seu livro é uma longa e sólida lição de economia democrática. O cap. 9, por exemplo, é modelar. Nunca li nada com mais clareza pedagógica.” É referência internacional o livro sobre *Estratégia e Planejamento do Desenvolvimento Econômico Rural Regional Integrado*, publicado conjuntamente pelo Banco do Nordeste, Universidade Federal do Ceará e Centro de Estudos Rural-Urbano de Rehovot-Israel. A Editora Vivali, de São Paulo, publicou em formato virtual nove de suas obras para o mercado nacional e internacional. Tem con-

tribuído com muitos artigos e ensaios para jornais e revistas. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural e, como membro da Sociedade Internacional de Economia Rural, tem participado como conferencista convidado em vários encontros internacionais. Foi bolsista pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (1988-1992). Ocupou a função de secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará, em duas administrações do governador Tasso Jereissati, em 1995-1998 e 1999-2002. Durante esse período, executou alguns programas de combate à pobreza no Ceará que se tornaram referência nacional. É vice-presidente do Instituto do Ceará e efetivo da Academia Cearense de Ciências e vice-presidente da Academia de Ciências Sociais do Ceará.



O tamanho, a composição e as características socioculturais de uma população são determinantes básicos do nível e da velocidade do crescimento econômico, explica o economista Ademantios Papelasis. Do mesmo modo pensa o renomado economista Stefan Robock quando diz que:

Os recursos humanos de uma nação podem representar os instrumentos mais valiosos para atingir metas de desenvolvimento econômico e social, como foi demonstrado tão dramaticamente por um país como o Japão, que virtualmente não dispõe de recursos naturais.

É verdade que há alguns países que devem aos seus recursos naturais parte dos resultados econômicos obtidos, como a Austrália, o Canadá e mesmo os Estados Unidos da América do Norte.

